

20 de Julho 2021
Terça-feira

Semanário - Ano 5
Nº 268

Director-Geral
Evaristo Mulaza



HÉLDER JOSÉ, DIRECTOR-GERAL DO IPGUL

“Um canal a cortar Luanda em duas partes seria uma loucura”

Págs. 4 a 6



Mário Nujates © VE

CONCURSO DAS 500 VIATURAS

Comércio anuncia vencedores, Acetro mantém suspeitas

EXCLUSIVO. A representante da Volkswagen, o Grupo Paulo Ribas e a empresa Agosmaro são os vencedores do concurso público para a aquisição de 500 viaturas de apoio à produção nacional.

O Ministério do Comércio e Indústria finalizou o processo através de um leilão, mas a Associação de Concessionários de Equipamentos e Transportes Rodoviários (Acetro) afirma que o leilão “branqueia a escolha feita antes”. Pág. 12

NA AVIAÇÃO

Companhias contestam monopólio da Ghassist

Pág. 14

FACE AO CONTEXTO PANDÉMICO

Utentes exigem regulação dos preços das clínicas privadas

SAÚDE. Os preços nas clínicas são considerados altos. Os utentes pedem a regulação do Governo, face à pandemia, mas operadores defendem que são justificados. Págs. 10 e 11



APERTOS MANTÊM-SE

Empresas só podem levantar até 55 mil kz no BPC

Pág. 14

Editorial

DOUTORES-ANALFABETOS, UMA ESPÉCIE PERIGOSA

Há algumas semanas, o jurista Carlos Feijó sentenciava, numa intervenção pública, que uma das razões do atraso de África é o facto de muitos africanos gostarem de falar sem estatísticas. A afirmação do também professor catedrático foi produzida num contexto específico, para rebater uma tese concreta, de tal sorte que foi compreensível que Feijó não tivesse mencionado ou simplesmente tivesse dispensado listar as razões mais profundas do atraso africano. Afinal, no conjunto dos atropelos que desgraçam eternamente o continente, as afirmações sem estatística serão um detalhe insignificante se comparadas ao verdadeiro cancro metastizado: a desgovernação criminosa sem fim à vista, associada a cada vez mais ausência absoluta de lideranças esclarecidas.

É, aliás, essa ininterrupta e interminável desgovernação que está também na origem de umas das espécies mais perigosas criadas particularmente nas últimas duas décadas em Angola: os doutores-analfabetos. Estes não têm nada que ver com os que não estudam estatísticas, como criticou Carlos Feijó; são aos montes, como veremos abaixo, e é deles de que se ocupa o editorial de hoje, enquanto defensores e promotores também da desgraça colectiva.

Então, quem são os tais doutores-analfabetos? É fácil, é tarefa fácil identificá-los. São os que vêem centenas de casas a inundar na Ale-

manha e apressam-se a desresponsabilizar o partido da situação pelas desgraças que as chuvas provocam em Angola. Como se as enchentes que devastam a Alemanha pudessem ser equiparadas à generalidade das chuvas que matam por cá. Ou como se os alemães andassem a construir em linhas de água e à beira de valas de drenagem com águas pútridas e a céu aberto, como acontece por cá.

Os doutores-analfabetos são aqueles que demonizam a verdadeira oposição em Angola por não se comportar 'educadamente' como a oposição em Portugal. Como se em Portugal estivesse a ser combatida uma autocracia inamovível há quase meio século, como a que existe por cá. Ou como se os órgãos de comunicação social públicos em Portugal andassem a criar programas específicos para defender António Costa e o PS e para marginalizar Rui Rio e o PSD, como sucede com Adalberto Costa Júnior e a Unita, em Angola.

Os doutores-analfabetos são os que, alucinados com a missão de defesa de determinados excessos nos poderes do Presidente da Repú-

blica em Angola, evocam selectivos paralelos no presidencialismo norte-americano. Como se o presidente dos Estados Unidos mandasse nos Tribunais e no Congresso americanos, como se sabe por cá. Como se nos Estados Unidos o presidente e o seu partido controlassem órgãos de comunicação social públicos e nomeassem os seus gestores, como se vê por cá. Como se o presidente dos Estados Unidos e o seu partido controlassem o órgão que gere as eleições, como ninguém duvida por cá. Ou como se por lá o presidente pudesse usar, a seu bel-prazer, instituições do Estado, como os serviços de inteligência, para atacar adversários políticos e alicerçar o projecto de manutenção do poder do seu grupo, como se sabe por cá.

Enfim... Os nossos doutores-analfabetos são os que, com unhas e dentes, confundem literalmente a Casa Branca de Joe Biden com a Casablanca de Henrique Miguel 'Riquinho'. E não, não é qualquer exagero. Os tais existem mesmo por cá, são pessoas de carne e osso e, não raras vezes, ostentam dezenas de títulos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



FILIPE MAKENGO,
presidente do SNEBA

Há espaço para o surgimento de mais sindicatos que defendam os interesses dos trabalhadores bancários?

O mundo é dinâmico, mas digo-lhe que o exercício do sindicalismo em Angola é extremamente complicado.

Porquê?

Há dificuldades que se impõem a montante e a jusante, desde meios para trabalhar e espaços de intervenção. As forças para travar a nossa luta estão sempre à espreita. Por isso é que temos de ser muito resilientes e também 'agressivos' para manter o sindicato aberto. Um sindicato em que os membros se revejam sem muitos constrangimentos.

O que mais se pode esperar do seu mandato?

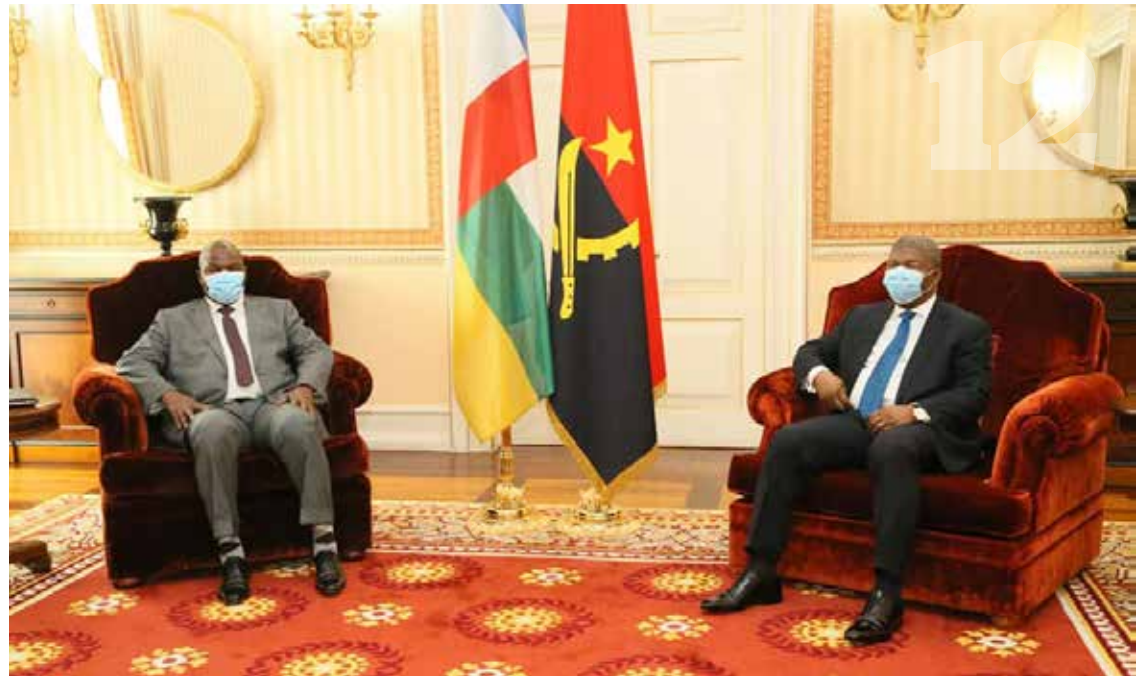
Há sete anos, projectámos a construção de uma unidade hospitalar para atender os nossos associados e familiares directos. Será uma clínica de topo, que concorra para inverter o recurso ao estrangeiro na procura de melhor assistência sanitária dos membros. O processo para o início da obra está em andamento, sendo que já obtivemos o direito de superfície do local onde será erguido, em Luanda, depois de vários anos de espera.

13 TERÇA-FEIRA

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) dão conta que os preços no país aumentaram 25,32% nos últimos 12 meses e 2,05% entre Maio e Junho.

14 QUARTA-FEIRA

Angola acolhe a cimeira de chefes de Estado e de governo da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico ((OEACP) em Dezembro de 2022, assumindo a sua presidência, anunciam as autoridades.



SEGUNDA-FEIRA

Os Presidente da República, João Lourenço, e da República Centro Africana, Faustin Touadera, reúnem-se, em Luanda, para debater a situação de segurança neste último país.

15 QUINTA-FEIRA

O Caminho-de-Ferro de Benguela anuncia, para 26 deste mês, o relançamento da circulação do comboio expresso especial de passageiros entre Lobito e Luau. A informação é avançada pelo chefe de comunicação institucional do CFB, António Ungulo.



16 SEXTA-FEIRA

A Sonangol anula o contrato de adjudicação com a empresa Vitol para a importação de gasolina, após constatar a ocorrência de "circunstâncias que inviabilizaram a validade da proposta e a celebração contratual".



17 SÁBADO

O Banco de Desenvolvimento de Angola prevê abrir a primeira agência na cidade de Benguela, dentro de 60 dias, no âmbito do plano de negócios para 2021, anuncia o administrador executivo Clemente Paulo.



18 DOMINGO

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis anuncia que vai abrir as propostas para o concurso internacional de licitação das seis bacias terrestres (onshore) do Baixo Congo e do Kwanza, com a assistência de empresas nacionais.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA...

O petróleo começou, hoje, a recuperar da forte queda do início da semana, desencadeada pelos desentendimentos entre os membros da OPEP+ quanto às restrições à produção nos próximos meses. O Brent, após registar perdas de 7,32% para Setembro, abriu nos 68,71 dólares. Já o WTI abriu nos 66,66 contra os 66,35 dólares do fecho anterior.



ACÇÕES AMERICANAS EM ALTA...

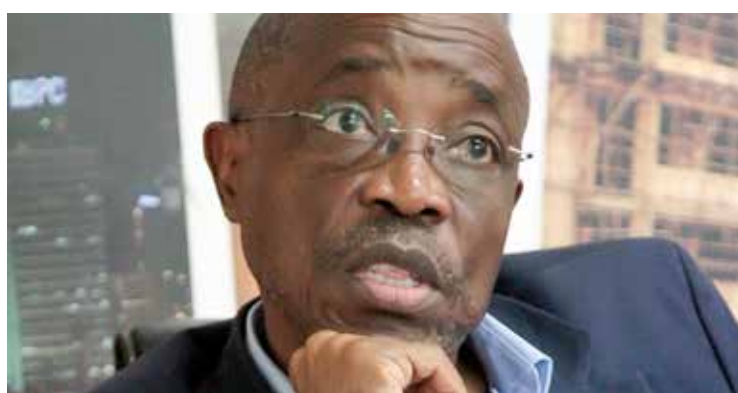
Os principais índices de Wall Street começaram o dia a ganhar, com as acções sensíveis a recuperarem após fortes quedas na sessão anterior. O Dow Jones abriu a ganhar 0,06%, a 33.981,79 pontos, enquanto o S&P 500 a subir 0,16%, a 4.265,11 pontos, e o Nasdaq Composite a crescer 0,39%, correspondente a 14.330,462 pontos.

Entrevista

HÉLDER JOSÉ, DIRECTOR-GERAL DO IPGUL

“Se o Matre destruir esta estrutura, terá a necessidade de a criar novamente”

Defende o Plano Director como uma 'bíblia' para a capital e considera-o a maior das conquistas do Instituto de Gestão Urbana de Luanda nos seus 14 anos de existência. Hélder José lamenta a falta de técnicos com valências práticas e alerta que, se o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado destruir o Ipgul, será necessário criá-lo outra vez.



Mas, apesar disso, há a ideia de uma aparente falta de solução...

O mote foi o de podermos ter uma 'Luanda internacional'. Ou seja, a cidade deve ter um conjunto de infra-estruturas que garantam que outras multinacionais de outras paragens do mundo se sintam atraídas e motivadas a vir cá também instalar as suas actividades. Repare, por exemplo, que Luanda, do ponto de vista estratégico, está tão bem posicionada que ela é praticamente como se fosse o centro de todos os continentes. Quem sai da América para África até Luanda faz sete horas, o mesmo para quem vem da Europa.

Contudo, temos aqui uma cidade 'mussequizada' que não confere essa atractividade...

Exactamente! Por isso é que era necessário pensar na transformação territorial de Luanda no sentido de potenciá-la com um conjunto de condições e condicionantes que a elevassem no ranking das cidades internacionais, criando condições de saneamento, de melhoria no fornecimento de energia eléctrica, água, telecomunicações e condições de mobilidade. Portanto, tem de haver condições que levem a atrair o mundo.

Não é uma miragem a concretização desses objectivos?

Mas é possível fazer alguma coisa, havendo motivação de todos nós, por um lado. Por outro, havendo um plano estratégico que nos leve à concretização dos passos definidos no documento reitor aprovado e pensado para a concretização de metas até 2030, incluindo mesmo a resolução da problemática do lixo.

É uma meta realista, o 2030?

Temos de ter um documento que determine as operações necessárias para resolver os problemas críticos da cidade, incluindo o dos resíduos. Portanto, 2030 é a meta. Não quer dizer que todas as operações inscritas sejam cumpridas até lá, até porque o próprio plano indica que, a cada quinquénio, devem ser operacionalizadas acções que visam a sua correcção.

O que já se corrigiu?

O plano foi aprovado em 2015, logo devia fazer a primeira revisão em 2020, mas o ano já passou. Estive a dirigir o instituto desde 2008, tendo sido exonerado em 2016. Depois fui cuidar da minha vida académica,

Por Júlio Gomes

A

té que ponto a elaboração do Plano Director de Luanda (PDL) pode ser um ganho?

Do ponto de vista estratégico e operacional, da organização do território de Luanda, o PDL foi o mais estratégico que o Ipgul conseguiu como resultado.

O que já se cumpriu?

O plano começa a ser pensado em 2008. Em 2009, o ex-Presidente José Eduardo dos Santos criou uma comissão interministerial, que era coordenada pela então governadora Francisca do Espírito Santo, para conduzir todo o processo operativo para a elaboração, na altura, do 'Master Plan' de Luanda. O Ipgul é, na verdade, criado em 2007 e uma das valências do seu estatuto é a elaboração de planos directores nos seus mais variados aspectos em função daquilo que a lei do ordena-

mento do território consagra. Portanto, o instituto surge assim como entidade que assessorou tecnicamente essa comissão política (se assim a podemos chamar), direccionando-a para aquilo que levasse à concretização dos propósitos do poder Executivo. Foram feitos, na mesma época, os termos de referência que chegaram a ser aprovados pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

Quais eram esses termos de referência?

Os termos tinham, no seu conteúdo, aquilo que era a visão do que se deveria utilizar do ponto de vista estratégico para Luanda. O que se pretendia? Na verdade, operacionalizam-se pelo menos três caminhos: um deles tem que ver com a intervenção nas zonas de expansão (a zona que se desenvolveu a volta de Viana, de Cacuaco e Belas). Portanto, era preciso organizar e reestruturar essa zona e fazer uma abordagem sobre a cidade sede, Luanda, e depois fazer intervenções do ponto de vista da requalificação.

“Nesta questão de reformas que o Matre tem feito não tem havido um pensamento muito direccionado para aquilo que é a importância da manutenção deste organismo.”

porque sou professor universitário e académico. Foi uma grande luta para que fosse convencido pelos políticos a voltar ao leme do instituto, em Março deste ano. Já não queria voltar. Aliás, na altura, envolvi-me com um colega da Universidade Técnica de Lisboa e com ele estava a preparar um projecto de formação que ia ligar os países de língua oficial portuguesa, com foco em Luanda.

Como se processaria esta ligação?

A ideia era de dar valências técnicas aos especialistas de ordenamento do território locais no sentido de perceberem como é que se materializa um plano director.

Está a dizer que faltam especialistas para implementar o PDL?

Temos especialistas, mas o nosso grande problema é sermos muito teóricos. Do ponto de vista genérico, somos muito teóricos. O exercício de sairmos da teoria à prática é aí onde reside a maka.

Este é um problema transversal a quase todas as áreas, não?

Estou apenas a abordar a questão do ordenamento do território. E, como referia, montei o programa e assinei com ele um termo de pesquisador internacional. Na verdade, estava já a preparar um conjunto de áreas de pesquisa e uma delas era a formação. Outra área é a questão de evidenciar os nossos aspectos socioculturais, trazê-los para a arquitectura. Um estudo que pretendo aprofundar tem que ver com elementos de desenho dos povos de Angola e o primeiro que desenvolvi foi à volta da arte dos Lundas que, entretanto, não é valorizada quando os outros países estão a fazê-lo por nós. São desenhos muito simples que têm muito de geometria e matemática. Quero trazer isso para o planeamento territorial e para a arquitectura. O outro filão de pesquisa que pretendo ‘casar’ com a técnica é o Carnaval, incluindo a dizanda, que já não é dançada, e acredito que os mais velhos de Catete já não estão em condições de passar o testemunho. Mas é preciso que estas coisas que são nossas não se percam no tempo.

Ainda sobre o PDL, já se referiu a um dos pilares para a sua implementação. E os demais?

Há três pilares fundamentais em que deve assentar a perspectiva da



não aconteçam mais atropelos.

Há quem pense não ser possível corrigir Luanda, tendo em conta que foi concebida para 500 mil habitantes...

É complicado. O PDL vem no sentido de corrigir. Nos planos de salvaguarda quanto às compensações, quem quiser fazer, por exemplo, um determinado número de pisos tem de melhorar a rede de saneamento, os passeios, os acessos, etc. A ideia é fazer com que o potencial criado com o crescimento pouco aceitável acabe por criar condições para que o sector privado ajude o Governo a termos um saneamento adequado à luz dessa contingência. Isso também já ocorreu em outras paragens, como em Curitiba, no Brasil. Esta cidade desenvolveu-se desta forma, com o concurso dos privados. No fundo, o PDL é um grande instrumento com cadernos técnicos constituídos por seis volumes com 2.230 páginas. Portanto é muito material para ser lido. Isso corresponde, na prática, a dois volumes. O primeiro tem visão estratégica, e o segundo, o plano de acção. E depois há os outros itens: o tipo de economia para Luanda, questões do património e do ambiente, enfim, um conjunto de documentos sectoriais que fazem parte de elementos a ter em conta.

O PDL já inclui o Metro de Superfície de Luanda? Esse meio vai mesmo resolver o problema da mobilidade?

Não é só o MSL. Este é só um dos modais para resolver o problema. Há outros instrumentos que devem ser aplicados. Por exemplo, temos de utilizar a costa marítima como forma de transportar as nossas populações, com recurso aos catamarãs. Neste momento, não funcionam, mas as infra-estruturas estão aí. O outro, para além do comboio de alta velocidade, passa por potenciar as composições ferroviárias do Caminho-de-Ferro de Luanda já existentes, e depois avançar para uma malha ferroviária que entre mais para o território. A outra componente é organizar os mototaxistas, vulgo, ‘kupapatas’, os taxistas. Não acabar com eles, mas potenciá-los como alimentadores do sistema e geradores do auto-emprego.

O MSL acontece num cenário de apertos financeiros e agrava-

implementação do Plano. O primeiro é ter uma Luanda habitável, com zonas de lazer e emprego próximo. O segundo é ter uma cidade bonita, na perspectiva de trazer tudo o que são aspectos da sua geomorfologia que não devem ser destruídos, mas sim potenciados e serem vendidos para o mundo. Estes aspectos da natureza que em outras paragens não existem devem ser preservados. O grande problema é que não gostamos de interiorizar o que é nosso. O último aspecto é uma Luanda internacional.

Nós os técnicos temos a mania de ficar por cima do muro, quando também somos os advogados do bem-fazer.

E sobre a arquitectura antiga?

Fez-se um levantamento porque as cidades valem por aquilo que se construiu. É evidente que as coisas não correram bem, havendo no centro histórico alguma alteração territorial. Mas 80% do património histórico de Luanda foi destruído na era colonial. Não existia um instrumento de escala territorial e então aconteceu o que aconteceu também nos nossos dias. O PLD é macro e vem no sentido de evitar que

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5



Mário Mujetes © VE

mento da situação social do país. É oportuno?

A operação do MSL é feita na modalidade de ‘constrói, opera e transfere’. O operador estrangeiro fez contas e percebeu que há uma oportunidade de negócio, incluindo o tempo em que vai operar para retirar o investimento. O Estado deve neste tempo formar especialistas para depois operacionalizar a linha, quando o operador cessar funções. As pessoas devem perceber que não se está a intervir só numa componente de transporte, mas também no segmento que mais transporta as nossas populações nos dias de hoje, que são os transportes públicos, os taxistas e os kupapatas.

O Ipgul é financeiramente autónomo?

Até 2016 funcionou de acordo com o que prevê o estatuto, ou seja, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Cinco anos depois, encontrei o instituto com o mesmo estatuto, mas a autonomia financeira tem de ser discutida, para ser reposta.

Quando?

Há aqui um outro problema: nesta questão de reformas que o Ministério da Administração do

Se o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado está a fazer reformas e destrói uma estrutura como esta, mais tarde terá a necessidade de a criar novamente.

Território e Reforma do Estado (Matre) tem feito, acho que não tem havido um pensamento muito direccionado para aquilo que é a importância da manutenção deste organismo, ou seja, no que uma estrutura destas pode ter no âmbito das autarquias.

O que quer dizer com isso?

Luanda já está quase a atingir o estatuto de uma mega cidade, se já não está. Megacidades são cidades que atingem 10 milhões de habitantes. Não sei se já não

somos. O PDL previa que até 2030 teríamos 12,3 milhões de habitantes. Normalmente, as cidades com essa densidade populacional são consideradas megacidades. E estas têm de ter estruturas a esse nível. É assim em São Paulo, no Brasil, Beijing, na China, Paris, na França, ou Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Se o Matre está a fazer reformas e destrói uma estrutura como esta, mais tarde terá a necessidade de a criar novamente.

Então teme que o instituto desapareça?

Não comento.

O Ipgul tem receitas próprias, certo?

Sim, resultantes daquilo que realiza. Ou seja, das acções que leva a cabo, como, por exemplo, o estudo de cadastro entre outros serviços que cobramos. Nunca precisou do OGE. As suas receitas sempre foram suficientes para a manobra, mas, se tivéssemos dotações orçamentais, seríamos mais céleres.

E quanto é que arrecadam?

Não posso revelar para não errar, mas o retorno tem ajudado a resolver muitas das coisas. O PDL é bem resultado dos

nossos encaixes. Portanto, só demorou 18 meses para a sua elaboração, porque a montante fizemos atempadamente um levantamento tecnológico entregue de seguida à equipa técnica indicada para elaborar o plano.

Há quem subscreva a ideia de um canal de água a dividir a cidade de Luanda, como forma também de melhorar o saneamento básico...

Um canal cortando a cidade em duas partes seria uma loucura. Quanto custa fazer um canal destes? Os custos sociais decorrentes do realojamento da população, quando Deus nos deu dois grandes rios naturais, o Bengo a Norte e o Kwanza, a Sul.

Quantos funcionários tem o instituto?

Temos 147 mas precisaríamos de muito mais que devem ir diariamente investigar os problemas que devem ser corrigidos. É preciso todos os dias especialistas que façam a contagem e avaliação do tráfego para saber onde congestionam mais; saber por exemplo a origem e a tipologia de crimes numa determinada área e operar com os órgãos policiais para intervirem de forma mais estruturada. Temos de ir ao terreno para a avaliação estatística do património edificado e saber se este satisfaz as necessidades da habitação ou não.

Qual é a relação com a academia?

Recrutamos filhos de angolanos que tiveram aqui o seu primeiro emprego. Seria injusto não enquadrá-los definitivamente nos quadros do Ipgul. Mas, por ter tentado ajudar o país, fui penalizado. Pensaram que esses jovens eram todos meus parentes. Fui buscar os jovens e fui prejudicado, mas voltaria a fazê-lo agora pelo bem do desenvolvimento.

Acredita numa Luanda melhor?

Acredito numa Angola melhor. Aliás, quem construiu o país de Cabinda ao Cunene, não são os nossos pais? Temos dentro de nós o fazer bem. Temos de retomar a qualidade de vida que tínhamos no passado. Nós os técnicos temos a mania de ficar por cima do muro, quando também somos os advogados do bem-fazer.

Perfil

Urbanista e advogado do bem fazer

Membro da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), Helder da Conceição José licenciou-se em 1991 em arquitectura pela Universidade Agostinho Neto e doutorou-se também nesta disciplina, em 1999, na Itália. “Enquanto especialista tenho de saber no plano director qual é a minha missão”, defende o urbanista, que fez parte de toda a cadeia que levou à elaboração do ‘miolo’ do PDL. “Quando não sabemos temos que pedir ajuda. Nós somos um bocado xenófobos, mas devemos recorrer a outros especialistas para queimarmos etapas e não voltarmos a cometer os erros como no passado.”

**A nossa história é feita por
mais de 1.600.000 nomes.**

Seja um deles e entre
na família **BIC**.

www.bancobic.ao



16
BANCO
BIC
ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Economia/Política



FILOMENA OLIVEIRA AVALIA TRÊS ANOS DO PRODESI

Empresária defende aposta nas cooperativas de crédito

ANÁLISE. Lançado em 2018 com o objectivo de aumentar a produção e o volume de vendas das produções e fileiras prioritárias, o Prodesi tem como um dos grandes desafios as linhas de financiamento.

Por Redacção

A empresária Filomena Oliveira defende que a banca comercial deve “deixar de ser forçada” a conceder crédito no âmbito do programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi) por não ter no seu ‘core business’ o crédito cooperativo, sugerindo a criação de condições para o surgimento de cooperativas de crédito.

“É preciso criar condições necessárias para que haja mais cooperativas de crédito de responsabilidade solidária mútua, em que o foco não está no lucro, em que o crédito malparado tem

taxas mínimas porque a responsabilidade é mútua entre todos os associados da cooperativa”, defende.

Falando para a Rádio Essencial por ocasião do terceiro ano de vigência do programa, Filomena Oliveira reforça que a aposta em cooperativas de crédito é uma solução testada e comprovada em realidades como a Índia, Brasil, Inglaterra e China, por exemplo. “Só para ter uma ideia, o agronegócio do Brasil está associado em 14 milhões de associações cooperativas de crédito e, durante um ano, têm um rendimento de cerca de 52 mil milhões de dólares”, compara.

A empresária denuncia alguma resistência por parte dos accionistas da banca comercial que “continua a emperrar este processo”, que já “tem legislação mas que precisa de impulso”.

Quem também sugere alteração no modelo de apoio e ou

financiamento é o presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), José Severino, por entender que o BNA faz o que pode porque os bancos são entidades autónomas. “Mas depois há a questão dos estudos de viabilidade e da avaliação que são processos muitos morosos”, acautela.

Por sua vez, o secretário de Estado da Economia, Mário Caetano, garante que faz parte da segunda fase do Prodesi a criação de cooperativas de crédito, salientando que ainda falta alguma organização nas cooperativas.

Em termos de balanço, José Severino entende que se “vêem alguns resultados, mas longe daquilo que o país precisa”.

“Os resultados não são tantos como gostaríamos, mas há a possibilidade de vir a consolidar-se neste ano e próximo”, prevê.

Já Filomena Oliveira, apesar

MEMORIZE

● **Falando à Rádio** Essencial por ocasião do terceiro ano do programa, Filomena Oliveira reforça que a aposta em cooperativas de crédito é uma solução testada e comprovada em realidades como a Índia, Brasil, Inglaterra e China, por exemplo. “O agronegócio do Brasil está associado em 14 milhões de associações cooperativas de crédito”, compara.



800

Projectos aprovados no âmbito do Prodesi, em três anos, segundo o Ministério da Economia e Planeamento

de dar nota positiva à iniciativa, defende que o Governo deve estar mais preocupado em criar condições de capacitar e formar as pessoas. Para a empresária, não é, por exemplo, o Ministério da Economia e Planeamento que deve executar programas para que a economia funcione. “Não podemos ter uma política de Estado em que são os ministérios que têm que executar. O Governo tem é que criar as condições necessárias e suficientes para que haja formação necessária para que Angola se possa desenvolver. Não estou a falar só de cursos superiores, mas sobretudo de cursos técnico-profissionais ou escolas comerciais e industriais que deixaram de existir no país.”

Dados avançados pelo secretário de Estado, Mário Caetano, indicam que quase 800 projectos foram aprovados no âmbito do Prodesi, em três anos. E estão avaliados em cerca de 660 mil milhões de kwanzas. E, no que às exportações diz respeito, Mário Caetano considera tímido o resultado, salientando que o cimento, a cerveja e as embalagens de vidro figuram entre os produtos mais exportados.

O DIRECTOR PROVINCIAL da Agricultura e Pescas de Benguela, José Gomes, estima que, com a entrada em funcionamento de três novas salinas, brevemente, e o fornecimento de energia eléctrica em Benguela, o país poderá deixar de importar esse produto.

VENDAS DE CRUDE NO I SEMESTRE

Angola perde 218 milhões USD nas receitas adicionais de petróleo

PETRÓLEO. Receitas adicionais foram de cerca de 1,154 mil milhões de dólares, mas ultrapassariam os 1,372, caso a produção semestral estivesse em linha com a previsão do OGE/2021.

Por César Silveira

Face ao défice na produção, Angola deixou de acumular mais de 218,2 milhões de dólares nas receitas adicionais que obteve no primeiro semestre com o aumento do preço do petróleo, cuja média foi de 59,41 dólares contra os 39 estimados no OGE/2021.

De acordo com dados das Finanças, o Governo obteve receitas de 2,440.7 biliões de kwanzas (cerca de 3,778 mil milhões de dólares), com a exportação de mais 210,159 milhões de barris de petróleo.

Se comparado ao preço estimado no OGE/2021, Angola obteve um adicional de cerca de 1,154 milhões de dólares como resultado do aumento do preço do petróleo, mas este adicional seria de

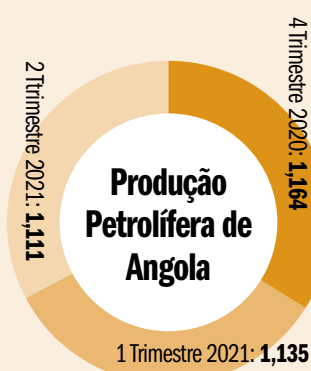


1,372 mil milhões de dólares (+218 milhões USD) se a exportação do semestre estivesse em linha com os mais de 445,5 milhões de barris estimados no OGE para a produção anual, de acordo com cálculos do Valor Económico. Ou seja, de acordo com os indicadores do

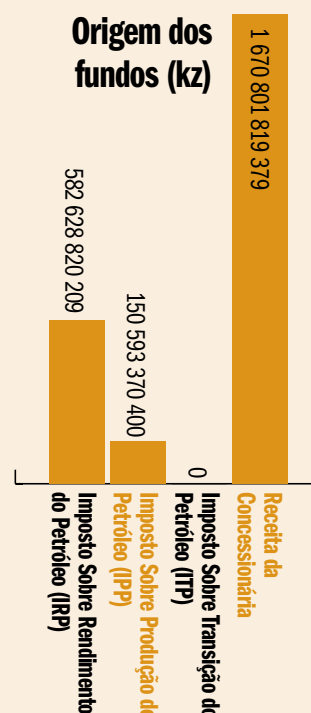
OGE/2021 a exportação semestral seria de cerca de 222,750 milhões de barris, o que fixaria a receita fiscal do semestre em cerca 2,623 mil milhões de dólares.

No último mês do semestre, por exemplo, a produção petrolífera angolana aumentou, em

Crude em números



Origem dos fundos (kz)



média, 36 mil barris por dia, comparativamente a Maio, mas, ainda assim, manteve-se abaixo da quota a que tem direito à luz do acordo de corte de produção da OPEP+.

A produção foi de 1,115 milhões de barris/dia quando tem direito de produzir 1,283 milhões de barris/dia. Ou seja, produziu menos 168 mil barris/dia, face à quota atribuída. Em termos de receitas brutas, este défice na produção representou perdas diárias estimadas em mais de 12 milhões de dólares, considerando o preço médio do petróleo no mês que foi de 71,89 dólares.

SONANGOL CONTRIBUI COM 1,5% DA EXPORTAÇÃO

Com base nos dados das Finanças, os blocos operados pela Sonangol contribuíram para as exportações, no semestre em análise, com 3.217.381 barris, saídos do bloco 03/05. Os outros blocos operados pela petrolífera nacional são o 03/05A e o 04/05, cuja produção terá sido de cerca de 0,5% e canalizada para a refinação internada.

Em termos de receitas, o contributo da Sonangol foi de 4,173 mil milhões de kwanzas, equivalentes a 6,4 milhões de dólares. Ou seja, a contribuição da Sonangol foi de menos 1% quando comparada à receita global de cerca de 2,441 biliões de kwanzas (3,778 mil milhões de dólares).

A Sonangol tem como objectivo aumentar de 2% para 10% a sua contribuição para a produção petrolífera, enquanto operadora, até 2027. A petrolífera propôs-se também a aumentar ainda este ano a produção do Bloco 3/05A.

MEMORIZE

- A Sonangol pretende aumentar de 2% para 10% a sua contribuição para a produção petrolífera, enquanto operadora, até 2027.

Economia/Política



FALTA REGULAMENTAÇÃO NO PRIVADO

Clínicas com preços cada vez mais elevados

SAÚDE. Utentes consideram preços praticados pelo sector privado da saúde "exorbitantes" e criticam inação do Governo, perante o contexto de crises pandémica e económica. Tabelas mostram preços distintos e Aniesa diz desconhecer discrepâncias, enquanto gestora hospitalar aponta dedo à importação como a razão dos elevados preços.

Por Guilherme Francisco

Os preços praticados pelas clínicas preocupam utentes que procuram serviços privados de saúde, face ao quase colapso do sistema público. O aumento de casos de malária, registados nos últimos cinco meses e que provocou mais de cinco mil mortes, segundo as estatísticas oficiais, acelerou a procura por privados. Maria Lucas, utente, não entende como é possível que

Preços para alguns bolsos

Clínica	Clínica Geral	Consulta de Especialidade	Parto Normal	Parto de Cesariana
Girassol	31.036	31.030	778.000	1.364.500
Centro Vita	31.130	31.140	-----	-----
	Urgente: 37.413	excepto cardiologia 42.840		
Medical Center	38.500	49.998	2.346.000	3.420.000
Privada de Alvalade	13.613	18.150	300.000	800.000
Sagrada Esperança	19.216	31.086	1.875.000	2.485.000

o Ministério da Saúde opte pelo silêncio, defendendo que as instituições privadas devem desempenhar um "papel solidário para que seja restaurada a saúde da população e não para lucrar." "As clínicas têm aumentado os preços, porque sabem que, em momento de tama-

nha crise, a população olha para elas como referência por causa das condições que apresentam. Isso só acontece porque a autoridade de saúde não faz vistoria para saber como tem sido gerida esta situação", lamenta, classificando a situação como "vergonhasa" e de "falta

de humanismo".

"Em vez de facilitar a vida da população deixam-na mais debilitada porque os preços cobrados são muito exagerados. O Estado deve criar uma estratégia que visa favorecer a população a ter acesso aos cuidados de saúde nesta época

para que os privados tenham preços únicos e que favoreçam a população uma vez que se trata de emergência pública", defende.

Outra utente, Mélvire Mimosa, também considera os preços exorbitantes para uma população maioritariamente pobre e desempregada. Não compreende a razão de doentes não serem atendidos em algumas clínicas, por não disporem de dinheiro no momento de entrada e, em alguns casos, chegarem a ficar "presos" por não pagarem a caução. Por isso, advoga uma intervenção "urgente" do Governo na limitação de preços.

"Sei que alguns tratamentos médicos são caros e, nalgumas

A OPEP E ALIADOS chegaram a um acordo para o aumento da produção de forma escalonada nos próximos cinco meses, a partir de Agosto, com um adicional de 400 mil barris por dia até ao final do ano.

vezes, faz-se apenas em algumas clínicas, neste caso devia ter a intervenção do Governo, com políticas que favoreçam tanto o cidadão como a clínica que presta esse serviço”, defende.

Também Pedro Gonçalves reconhece os gastos dos hospitais privados, mas afirma que não podem servir de justificação para a discrepância exagerada de preços. “Não é possível a caução de internamento na Girassol ultrapassar um milhão de kwanzas”, argumenta, defendendo que isso “é inconcebível para um hospital de uma empresa pública”.

Profissionais de saúde consultados pelo **Valor Económico** também consideram que falta de regulamentação, ou de outro dispositivo legal que estipule o preço dos serviços de saúde nas clínicas privadas, contribui grandemente para a especulação de preços. “O caricato é que clínicas, com presença em municípios ou províncias diferentes, cobram pelos mesmos serviços valores diferenciados”, observa um renomado médico, cuja identidade é preservada.

O clínico garante não compreender as razões para haver preços “exageradamente exorbitantes”, inclusive praticados pelas duas clínicas controladas por instituições públicas, a Girassol e a Multiperfil. “O cidadão comum não tem como aceder a estes serviços que já paga através dos impostos”, reforça.

Por sua vez, Sandra Mbumba, directora-geral da clínica Grande Muralha da China, aponta como motivo para os actuais preços o custo com a importação de materiais gastáveis necessários e de medicamentos e para a manutenção de equipamentos. “Na saúde, não produzimos nada em Angola, temos de ir à procura no mercado externo. É necessário ter divisas, isso tudo encarece os serviços”, reafirma, salientando que o preço é fixado com base nos custos e no chamado livro de capa da Ordem dos Médicos que dá o valor unitário de cada serviço.

“Não há ninguém que estipula uma tabela de preço, isso depende de cada instituição”, precisa. Sandra Mbumba relaciona ainda a disparidade dos preços com o facto de os fornecedores não serem os mesmos e com as exigências dos médicos que impõem valores por serviço. A isso juntam-se os custos fixos com água, energia, geradores e recolha de lixo.

A gestora da clínica Grande Muralha da China explica que, desde o início da crise, os hospitais privados “lutam para sobreviver”.

Os maiores clientes continuam a ser as seguradoras, mas, nos últimos tempos, com o desemprego a subir para níveis alarmantes, tiveram uma baixa de entre 60 e 65%. “Além das seguradoras, trabalhávamos também com as petrolíferas e outras empresas que davam subsídios de saúde, neste momento temos sofrido uma baixa, algumas empresas já cortaram e em outras tem havido restrições, de uma maneira ou de outra que nos tem afectado”, explica, apelando para a necessidade de a banca facilitar o crédito e o acesso a divisas.

Apesar do cenário, que classifica de “angustiante” e de os custos não diminuírem, Sandra Mbumba tem procurado criar novos serviços e reduzir preços para atrair mais clientes. Por exemplo, por uma consulta de clínica geral é cobrado 13 mil kwanzas, em vez dos 70 a 100 dólares anteriores à crise, ou seja, mais de 60 mil kwanzas.

Contrariando a directora hospitalar, a bastonária da Ordem dos Médicos, Elisa Gaspar, desconhece o livro da ordem pelo qual as clínicas se baseiam para estipular actos médicos. Salienta, no entanto, que convocou por duas ocasiões os colégios de especialidade, bem como as seguradoras, para acertarem o preço dos actos médicos, porém estes “não apareceram”.

ANIESA ALHEIA A SITUAÇÃO

A discrepância e os preços considerados exorbitantes no sector privado da saúde são de inteiro desconhecimento da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (Aniesa). O inspector-geral, Diógenes de Oliveira, refere ter tomado conhecimento através do **Valor Económico**, mas promete averiguar a realidade. “Tem de se fazer um trabalho aturado não só nas clínicas da capital, mas a nível nacional. Vamos trabalhar, devemos perceber se existe uma discrepância, preços avultados. Não existe valor uniforme temos de pegar na base, na estrutura de cálculo e fazer todo trabalho”, avança.

DISCREPÂNCIA DE PREÇOS

Hospitais privados do mesmo patamar cobram uma a duas vezes mais pelos mesmos serviços. E, apesar de constarem entre os preços livres, os serviços são exorbitantes, pelo menos na avaliação de

Sindicato lamenta salários desiguais

A diferença salarial entre médicos nacionais e estrangeiros, às vezes, com as mesmas funções e horas de trabalho, é considerada pelo secretário-geral do sindicato dos médicos, Miguel Sebastião, de “bastante exorbitante”. A instituição escreveu, mais uma vez, ao Ministério da Saúde para intervir. Sem qualquer resposta, esta semana reúne-se para decidir sobre as reivindicações ‘ignoradas’.

“Os hospitais privados não têm um salário fixo, porque têm políticas de pagamento diferentes para os que consideram de efectivos e colaboradores, estes dependem da quantidade de doentes atendidos. A política de pagamento não é aquela que desejamos. É privada, temos tido limitações para impor o nosso caderno reivindicativo”, lamenta.

Miguel Sebastião entende que, quando o Ministério tomar posição “dizendo que os médicos não podem ganhar abaixo de um determinado valor, o privado vai ter de se adaptar”. “É preciso que o Ministério veja o médico como alguém que deve merecer a atenção devida. O médico em Angola é miserável. O privado age deste modo, porque a função pública também é assim”, lastima, sugerindo uma tabela salarial especial, na qual a diferença não possa ser tão exorbitante.



500

Mil kwanzas, custo estimado das consultas de parto na Medical Center, ao longo da gestação, excluindo medicação e exames.

280

Mil kwanzas, custo estimado das consultas de parto na Endiama e Girassol, ao longo da gestação, excluindo medicação e exames.

13

Mil kwanzas, valor de uma consulta de clínica geral na Clínica Muralha da China

MEMORIZE

- Os preços considerados exorbitantes no sector privado da saúde são de inteiro desconhecimento da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (Aniesa).

vários utentes. Os valores praticados, por exemplo, em cinco unidades hospitalares privadas, listadas pelo **Valor Económico**, diferem gritantemente. Sejam em clínica geral, consulta de especialidade ou parto. No caso deste neste último, as diferenças são mais acentuadas.

Em duas clínicas equiparáveis, a Girassol, pertencente à petrolífera pública Sonangol, e a Sagrada Esperança, da Endiama, o valor cobrado por um parto normal difere mais de 300 mil kwanzas, como mostra a tabela na página anterior. Para um parto com recurso a cesariana, é ainda mais alto, com diferenças de um milhão de kwanzas. A comparação torna-se mais diferenciada se feita com os preços praticados pela Medical Center, chegando a diferenças em torno de um a dois milhões de kwanzas.

As três clínicas preferem acompanhar a gestante desde o primeiro mês. Só em consultas, na Medical Center, uma paciente chega a gastar durante os nove meses de gestação, sem contar com a medicação e exames, cerca de 500 mil kwanzas. Já nas duas clínicas associadas às empresas públicas, por volta, de 280 mil.

A Ensa Seguros entregou à ADV Angola a responsabilidade de negociar com as clínicas. Carlos Duarte, PCA da seguradora, reconhece encontrar “muita discrepância” nos preços. Por isso, observa maior dificuldade na efectivação do seguro de saúde pela “falta de harmonização de preços pelos actos médicos”.

Uma fonte ligada a uma prestadora de serviços de seguros de saúde refere que o preço fixado para clientes segurados não é igual a de um particular. A estes existe um “certo equilíbrio” definido nas negociações com as clínicas. Explica, por outro lado, que, nos últimos três anos, a tendência dos preços estabelecidos anualmente é de subir por causa da desvalorização do kwanza, da importação de medicamentos, da manutenção de equipamentos e dos pagamentos a funcionários estrangeiros. Pelo que, entende, à semelhança de outros sectores, fruto da conjuntura económica, os serviços de saúde também inflacionaram.

No mesmo alinhamento, o economista Eduardo Manuel explica que o “objectivo das clínicas é o lucro” e que, com a necessidade de cobrir os custos operacionais aumentados com a crise pandémica, foram obrigadas a “subir ligeiramente” os preços. “É mau para o consumidor visto que, de modo geral, não tem poder de compra. Isso é que faz com que as clínicas tenham problemas financeiros porque o consumidor não tem poder de compra”, nota.

Economia/Política



AQUISIÇÃO DE 500 VIATURAS PELO MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Governo anuncia vencedores, mas Acetro volta a contestar

CONCURSO PÚBLICO. Ministério do Comércio e Indústria definiu o leilão electrónico como a última fase do concurso. Representante da Volkswagen foi a escolhida para a venda das viaturas dos lotes 4 e 5, os mesmos cujas especificações no caderno de encargos remetia para esta marca, causando a primeira contestação da Acetro.

Por César Silveira

Já são conhecidos os vencedores do concurso público para a aquisição de 500 viaturas pelo Governo, mas o processo parece distante de estar encerrado visto que a Acetro (Associação de Concessionários de equipamentos e Transportes Rodoviários) voltou a contestar depois

de já ter feito uma vez.

De acordo com documentos consultados pelo *Valor Económico*, depois de uma primeira selecção, seguiu-se a candidatura por leilão electrónico, recurso previamente estabelecido nos procedimentos do concurso. “Ficam habilitados para o leilão electrónico todos os fornecedores, cujas propostas não tenham sido excluídas”, lê-se no documento, que dá conta ainda de que seria “adjudicada a proposta que apresentar o preço mais baixo”.

E, olhando para os resultados, foi o que aconteceu, mas a Acetro

entende que o “leilão branqueia a escolha já feita antes” como sublinha Nuno Borges, presidente da associação.

‘OUTSIDER’ ENTRE OS VENCEDORES

Para o fornecimento do lote 1, de 100 viaturas, foi escolhida a empresa Agosmaro, cuja proposta foi de 3.850 milhões de kwanzas, contra os 3.995 milhões do segundo classificado.

A mesma empresa foi igualmente escolhida para fornecer as 100 viaturas do lote 2, tendo apresentado os mesmos 3.850 milhões contra os 3.999,5 milhões de kwanzas do segundo classificado.

Por sua vez, o Grupo Paulo Ribas foi o escolhido para o fornecimento das 100 viaturas do terceiro lote, tendo apresentado o valor de 1.938,140 milhões de kwanzas contra os 3.274 milhões de kwanzas do segundo classificado.

Os vencedores dos três primeiros lotes, no entanto, são desconhecidos de grande parte dos membros da Acetro. “Só sei que adjudica-

ram dois lotes à Agosmaro, não faço ideia de que empresa é essa no ramo automóvel, e um lote ao Grupo Paulo Ribas, mas também não faço ideia de quem seja no ramo”, respondeu o presidente da Acetro, Nuno Borges.

Para os lotes 4 e 5, cada um igualmente de 100 viaturas, a empresa vencedora é a Asperbras, coincidentemente representante em Angola da Volkswagen, marca cujas características técnicas coincidem com as especificações apresentadas no caderno de encargos do concurso público. E a coincidência das especificações com determinadas marcas foram, de resto, a razão da primeira contestação da Acetro.

No seu argumento, a associação entende que a comissão violou a Lei da Contratação Pública, que não permite a fixação de especificações técnicas que mencionem produtos de uma determinada fabricação ou proveniência, assim como proíbe o uso de marcas, patentes ou tipos de marcas, ou indicar uma origem ou uma produção determinada.

O *Valor Económico* não apu-

rou as marcas a serem fornecidas pelas escolhidas Agosmaro e Grupo Paulo Ribas, mas, além dos lotes 4 e 5, cujas especificações técnicas se assemelham às da Volkswagen, a Acetro garante que as especificações dos lotes 1 e 2 são referentes à marca Kamaz, enquanto as especificações técnicas que constam para o lote 3 são referentes à marca Mercedes/Unimog.

Fonte do Ministério do Comércio e Indústria, coordenador do processo, garantiu ao *Valor Económico* que o ministro do Comércio e Indústria, Victor Fernandes, abordou o tema nesta segunda-feira com alguns membros da Acetro, à margem de um encontro com a Ecodima, e que está marcada para a próxima quarta-feira uma reunião entre as partes.

O concurso público foi lançado em Maio no âmbito do Plano de Apoio aos Operadores de Transportes de Mercadorias do Comércio Rural. Está prevista a aquisição de 500 carrinhas (100 por cada lote) num contrato global avaliado em cerca de 20 mil milhões de kwanzas.



OS NOVOS PLANOS DE NET CHEGAAARAM!



	PREÇO	VOLUME	VALIDADE
PLANO SEMESTRAL	70.000 KZ	100 GB	180 DIAS
PLANO ANUAL	130.000 KZ	200 GB	365 DIAS

ACTIVA O TEU PLANO NO MULTICAIXA EXPRESS OU INTERNET BANKING.
PODES ACTIVAR TAMBÉM NUMA LOJA OU AGENTE UNITEL.

Liga *111#
www.unitel.ao



Mercados & Negócios

QUEIXAS NO PLANO DIRECTOR DOS TRANSPORTES

Companhias aéreas querem fim do ‘monopólio’ da Ghassist

AVIAÇÃO. Prestação de serviços na aviação é caracterizada pela ausência de concorrência, particularmente na assistência em terra. Operadoras acusam Ghassist de tratamento preferencial à Taag.

Por Isabel Dinis

As companhias aéreas que recebem assistência da Ghassist querem acabar com o monopólio da empresa, acusando-a de prestar serviços “caros” com pessoal e equipamentos “insuficientes” e de oferecer tratamento “preferencial” à Taag, uma das suas accionistas.

As queixas vêm descritas no Plano Director Nacional dos Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias (PDNSTIR), publicado recentemente em Diário da República. “O nível de satisfação com os serviços da Ghassist

é baixo em todas as companhias aéreas entrevistadas”, revela o plano, que menciona o “desejo geral” da existência de um segundo provedor desses serviços para introduzir “gradativamente” a concorrência de modo a obter-se o melhor ‘value of money’.

Caracterizando, de modo geral, os serviços prestados em terra pela falta de concorrência, o plano aponta duas empresas no catering, no aeroporto de Luanda, entre as quais a LSG Sky Chefs, que opera desde 2012, e duas no abastecimento de combustível às aeronaves, no caso, a Sonangol e a Pumangol.

Com acções de curto, médio e longo prazos, o plano envolve dois ministérios (Transportes e Ordenamento do Território) e inscreve a análise dos transportes, as soluções e acções dos

sectores rodoviário, aéreo, marítimo, ferroviário, bem como a construção e manutenção das estradas.

Na aviação, por exemplo, o plano espelha a situação, a regulamentação, a segurança e a vigilância, direitos e tráfego aéreo, os aeroportos, os serviços, as companhias aéreas e outros provedores de serviços, entre outros.

A Ghassist é parcialmente propriedade da Taag e da antiga Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (Enana). E descreve-se como líder nacional de serviços de assistência em escala (‘ground handling’). Foi fundada em 1997 e, em 2007, iniciou a prestação de serviços em alguns aeroportos provinciais, nomeadamente em Cabinda, Ondjiva e Lubango.



A EMPRESAS E PARTICULARES

BPC só dá até 55 mil kwanzas aos clientes

As empresas e particulares com contas domiciliadas no Banco Poupança e Crédito (BPC) só podem levantar diariamente nos balcões até 55 mil kwanzas.

As restrições nos levantamentos já duram há várias semanas e têm provocado constrangimentos aos clientes, como apurou o *Valor Económico*. “Quem quiser tirar mais valores tem de regressar ao banco vários dias e isso quando se consegue tirar dinheiro”, explica um cliente. “Muitas vezes, ficas horas na fila e, quando finalmente é a tua vez de seres atendido, comunicam-te que não há sistema e que tens de procurar outra agência”, acrescenta outro cliente.

Contactado, o Gabinete de Comunicação e Imagem do banco prometeu dar esclarecimentos, mas, até ao fecho da edição, não respondeu. Várias outras fontes do BPC confirmaram, no entanto, a informação.

PROBLEMAS PERSISTEM

Os clientes do BPC têm enfrentado, nos últimos meses, sérias dificuldades em levantar dinheiro nos balcões e nos multicaixas. O problema ora melhora, ora piora. O banco já veio a público muitas vezes justificar-se. Hoje (20) o banco comunicou que voltou a enfrentar uma limitação dos seus serviços por causa de um ataque cibernético, com

origem e causas ainda desconhecidas. O ataque, segundo o banco, afectou alguns servidores, que ficaram temporariamente limitados a alguns dos serviços prestados nas agências da rede comercial do banco. Recentemente, o banco justificava os vários problemas técnicos com “limitações de processamento e do funcionamento do ‘core bancário’, por causa da pressão que é exercida sobre a infra-estrutura tecnológica do banco”.

Na sua edição passada, o *Valor Económico* trouxe, no entanto, a confirmação do governador do BNA de que o BPC vai continuar a dar “algumas dores”, contrariando declarações anteriores do seu vice, segundo as quais o considerado maior banco público estaria sólido. Assegurando que o BNA tem estado a prestar “assistência de liquidez” ao BPC, José de Lima Massano relacionou os problemas do banco comercial público com o facto de ter sido recapitalizado essencialmente com títulos públicos. “O banco foi recapitalizado, mas essencialmente com títulos de dívida pública e estes títulos não têm liquidez imediata como o banco gostaria. Isto causa outra natureza de constrangimento. O banco está num processo de reestruturação e, durante este período, vamos ter sempre algumas dores”, precisou Massano.

Por Isabel Dinis

O BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO informou, nesta terça-feira, que a sua plataforma tecnológica de suporte às actividades sofreu um ataque cibernético de origem e causas desconhecidas, afectando certos servidores que limitou alguns dos serviços prestados.

DESDE O SEU LANÇAMENTO EM 2020

Franquias de Angola vende mais de 90 milhões kz

INTERMEDIACÃO. Empresa quer marcas nacionais a expandirem-se através do franchising. Na África do Sul, sistema representa 15% do PIB e empresário vê as franquias com potencial de atracção de investimento.

Por Guilherme Silva

A Franquias de Angola, empresa que se dedica à comercialização de direitos de uso de marcas, fez vendas a vários franqueados de 90 milhões de kwanzas, desde a sua criação em 2020, e arrecadou mais de 20 milhões de kwanzas, na formação de franquias, pagos pelos donos das marcas.

Helivelton Francisco, director da empresa, considera que, aos poucos, o modelo está a ser o preferido de muitos investidores e marcas angolanas que pretendem expandir-se noutros pontos do país. “As franquias em Angola já existem há mais de 15 anos, apenas marcas internacionais trazidas por grandes grupos com contratos de master franchisados, limitando o acesso a qualquer indivíduo ou instituição. Hoje, com a Franquias de Angola, já temos disponíveis no mercado marcas 100% angolanas e que possibilitam a qualquer indivíduo com capital mínimo de investimento para determinada franquia beneficiar do sistema oferecido pela marca”, informa.

Com os valores de cedência de direitos a oscilarem entre os 1



Helivelton Francisco,
director
da Franquias
Angola

milhão e os 60 milhões de kwanzas, a Franquias de Angola contabiliza, nesta altura, vários clientes na restauração e nos transportes, entre os quais a Tupuca e a ‘Mais Frango’. O primeiro, aliás, fixou em 25 milhões de kwanzas o preço mínimo para a cedência da sua marca e já conta com uma venda.

Helivelton Francisco recorda que factores como a marca, a localização e os equipamentos a serem usados determinam o valor de uma franquia e explica que, neste momento, mais marcas nacionais, inclusive do mercado informal, querem aderir ao sistema, mas são travados pelos custos de elaboração dos projectos. A Franquias de Angola usa um modelo

de precificação baseado no volume de negócios do cliente, sendo que o orçamento mais baixo fica em torno de 5 milhões de kwanzas.

Referenciando estatísticas internacionais que determinam uma taxa de sucesso de 90% deste modelo de negócio, contra as marcas criadas de raiz, Francisco lembra que, na África do Sul, por exemplo, o franchising representa até 15% do PIB. “É uma indústria quase que independente e, mesmo em tempos de covid-19, tem-se adaptado ao ritmo da economia mundial”, observa Francisco, que anuncia a criação de uma associação de franchising em Angola para, entre outras razões, contrapor a concorrência das marcas internacionais.

Todas as segundas-feiras
Angola tem mais...



Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE

RETOMA ESTÁ DEPENDENTE DA SOLUÇÃO

Falta de condições força paralisação do Tribunal de Viana

Por Redação

A alegada falta de condições laborais na 10.ª e 17.ª secções do Tribunal de Comarca de Viana, em Luanda, forçou os oficiais de Justiça a paralisarem as actividades, esta segunda-feira, por tempo indeterminado.

O Tribunal foi inaugurado em Dezembro de 2011. Segundo os oficiais, a degradação abrange oito gabinetes para juizes, igual número para procuradores e três salas de audiências.

Os utentes, com a suspensão das actividades laborais, ficam, entre outros serviços daquele órgão judicial, privados, por exemplo, de julgamentos e de emissão de solturas.

Nesta segunda-feira, 19, representantes do Conselho Superior da Magistratura Judicial e do Tribunal de Comarca de Luanda mantiveram um encontro com os funcionários da instituição com vista a encontrar solução para o problema.

O porta-voz dos funcionários, Mauro Gomes, esclareceu, à imprensa, que os funcionários protestam, entre outros, contra a precariedade dos quartos de banho, desmoronamento parcial dos tectos e paredes, falta de ar condicionado nas salas e de água

canalizada, o que lhes tem provocado mal-estar e várias doenças.

No entanto, segundo Mauro Gomes, a reunião foi “inconclusiva”, uma vez que, apesar das promessas de melhorias das condições laborais, não foram fixados prazos para o início e fim do restauro das instalações do Tribunal. Por isso, alertou que o regresso aos trabalhos está dependente do tempo de duração da obra.

A paralisação, no início, tinha uma previsão de cinco dias.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, tem fé de que o Tribunal de Viana poderá ajudar o Conselho Superior da Magistratura Judicial a encontrar soluções para resolver os actuais problemas.



Inaugurado em Dezembro de 2011, Tribunal de Viana está encerrado desde segunda-feira 19.7.

‘PROMESSA ANTIGA’

A garantia de melhoria das condições de trabalho remonta a 2019, quando o presidente do Tribunal Supremo e do Conselho Superior da Magistratura Judicial visitou as instalações do Tribunal de Viana, para aferir as más condições técnicas e de trabalho que originavam a interrupção e adiamento de audiências de julgamento.

Joel Leonardo visitou, na altura, as salas de audiência e gabinetes de trabalho e auscultou juizes e outros trabalhadores do Tribunal sobre as maiores inquietações da instituição, entre as quais a irregularidade no fornecimento de energia, a falta de manutenção periódica dos aparelhos de ventilação, bem como o mau estado do tecto falso, dos quartos de banho e das instalações eléctricas.

PARA ACELERAR RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Kwanza-Sul quer tribunais em todos municípios



Tribunais de comarca em todos os municípios do Kwanza-Sul é o que recomendam ao Governo os participantes do II Encontro Provincial Anual da Coordenação Judicial, realizado no Waku Kungo.

No encontro, em que esteve presente o governador provincial, Job Capapinha, conclui-se que os processos judiciais nos municípios do Mussende, Cassongue, Conda, Ebo e Quilenda estão a ser

resolvidos no Amboim e no Sumbe, daí a necessidade de se implementarem tribunais de comarca nos referidos municípios, para conferir maior celeridade nos processos.

De acordo com o comuni-

cado final, na maioria dos casos, há demora na resolução de conflitos por falta de transporte para os declarantes ou eventuais testemunhas residentes nos municípios que ainda não dispõem de tribunais.

APLICATIVOS MÓVEIS, UM 'EL DORADO' DOS INVESTIMENTOS

Empresas só querem estar 'no bolso' dos consumidores

TECNOLOGIA. Pandemia da covid-19 obrigou a que muitas empresas refizessem as estratégias de investimento. Opção tem sido a aposta nos aplicativos informáticos. Mercado disparou 400% em todo o mundo.

Por Emídio Fernando

O Brasil ocupa o segundo lugar na tabela dos países que registam maiores crescimentos no mercado dos aplicativos móveis. O caso não é para menos. O país tem uma população estimada em mais de 215 milhões de pessoas e mais de 250 milhões de telemóveis registados. São números do ano passado que apontam para outros dados. Os brasileiros gastam, em média, quase cinco horas por dia a usar telemóvel. As redes sociais lideram as preferências, mas são os brasileiros que mais incentivam o uso de aplicativos informáticos. Na América Latina, os brasileiros contribuíram para o crescimento do mer-

cado, que registou uma subida entre os 30 e os 400%, variando de Estado para Estado. Mais de 60% da população adulta tem telemóvel e os estudos apontam que cada brasileiro tenha entre 30 a 40 aplicativos instalados.

Nesta 'competição', o Brasil só perde para a Indonésia, um país ligeiramente mais populoso, mas com mais de 270 milhões de habitantes. Nos últimos anos, o governo de Jacarta tem feito um forte investimento na internet e no apoio ao desenvolvimento de 'start-ups', a maior parte delas, 85%, dependentes de aplicativos móveis. No entanto, menos de metade da população tem telemóvel, o que significa que são usadas redes públicas, um outro 'orgulho' indonésio.

Em todo o mundo, até 2014, foram baixados mais de 40 mil milhões de aplicativos. Até final de 2021, esse número deve atingir os 300 mil milhões, prevêem diversos estudos. Além dos aplicativos, considerados úteis, como os de informação médica, mui-

300

Mil milhões de aplicativos que devem ser vendidos até 2021

40

Mil milhões número de aplicativos baixados até 2014

111

Mil milhões de dólares, valor das vendas de aplicativos em 2020.



tos são usados para 'substituir' trabalhadores, sobretudo nestes tempos da pandemia da covid-19. Por isso, aconselham os 'gurus' da gestão, "investir no desenvolvimento de apps, na construção de plataformas digitais sólidas e robustas, é apostar em um mundo com possibilidades quase infinitas onde se pode conectar mais rapidamente empresas, fornecedores e consumidores finais".

Já em 2016, um estudo concluía que as pessoas gastavam mais tempo a usar aplicativos úteis, como notícias, desportos, análise de mercado de ações, do que em aplicativos sociais. Nesse ano, já tinha havido um aumento de 11% no uso de dispositivos móveis e 69% de aumento no tempo gasto em aplicativos móveis em comparação com 2015.

Outro estudo, da Google, dá conta de que as pessoas verificam os telefones, em média, 150 vezes por dia.

Os números incentivam esses

investimentos. Consumidores da loja de aplicativos da Apple, a App Store, e da Google, a Play Store, gastaram mais de 111 mil milhões de dólares o ano passado, em compras de aplicativos. E há dados que apontam para que 70% das empresas comprem aplicativos.

Em 2019, sem a pandemia, as mesmas lojas atingiram vendas de 85, 2 mil milhões de dólares, já considerados um recorde mundial. Este ano, com a pandemia, as vendas subiram mais de 30%, de acordo com os dados da Sensor Tower, uma empresa que fornece análises sobre o mercado de aplicativos informáticos.

Analistas económicos apontam que os aplicativos vão ser os principais responsáveis pelo frenesi no mercado informático que hoje já representa mais de 6,3 biliões de dólares.

Além da venda directa, através do comércio móvel os aplicativos informáticos agitam outro mercado: o da publicidade.

(In)formalizando



Mário Mujetes © VE

HÁ VENDEDORES A DESISTIR DO NEGÓCIO

Vendas de máscaras de pano em queda

PANDEMIA. Quebra é justificada, entre outras razões, pela concorrência chinesa e pelo recuo dos preços das máscaras cirúrgicas. Presidente da Associação das Indústrias Têxteis fala em falta de apoio do Estado e lembra que meta de produção de 10 milhões de máscaras caiu por terra.

Por Redação

Depois de um período promissor, no início da pandemia, os produtores de máscaras de pano já começaram a abandonar o negócio por causa da queda abrupta da procura

e, em simultâneo, pela descida dos preços das cirúrgicas.

O designer que se apresenta com o nome artístico Dro Enzo chegou a produzir, no início da pandemia, entre 10 e 15 máscaras diárias que eram vendidas, cada uma, entre 500 kwanzas, para crianças, e mil kwanzas para adultos. Tinha lucros diários a oscilar dos 15 mil a 20 mil kwanzas, contra os cinco mil kwanzas que investia na compra de cada

metro de pano.

Alfaiate desde 1984, José António também ficou com o negócio afectado, depois de produzir entre 15 e 200 máscaras por dia. Com a queda na procura, limita-se agora a confeccionar máscaras como um complemento, ou seja, faz apenas para festas e "para acompanhar com a roupa".

Também Dro Enz passou a produzir apenas para dar máscaras

como bónus para os clientes que solicitam a confecção de roupa para cerimónias especiais.

O presidente da Associação das Indústrias Têxteis explica que se deixou de produzir em grandes quantidades, por causa da concorrência da China, que exporta também para Angola. Daniel Pires acrescenta ainda que "falta incentivo do Estado".

Em Maio de 2020, a associação anunciou ter um projecto que visava a produção de 10 milhões de máscaras até ao final do ano, com o apoio de 30 associações. Mas a ideia caiu por terra. "As máscaras artesanais pararam de ser compradas porque as pessoas acham normal adquirir duas a 100 kwanzas enquanto uma artesanal, mesmo a depender da qualidade, custa entre 500 e mil kwanzas", explica o líder associativo.

A covid-19 provocou a paralisação de muitos vendedores ambulantes. Ao mesmo tempo abriu outras oportunidades de negócio, como a produção e venda de máscaras. Desde o início da pandemia, muitas vendedoras de frutas, águas e gasosa optaram também por este negócio. Antes da pandemia, Amélia Ginga, por exemplo, vendia sabonetes e pastas de dente. Depois, optou por máscaras, comprando caixas a 500 kwanzas e revendendo-as por entre 800 e mil kwanzas. Por mês, garante conseguir lucros de 15 mil kwanzas.

MEMORIZE

● O presidente da Associação das Indústrias Têxteis explica que se deixou de produzir em grandes quantidades, por causa da concorrência da China, que exporta também para Angola.

Qualidade e excelência no fornecimento de
PRODUTOS, SERVIÇOS & SOLUÇÕES INTEGRADAS
em **Informática e Telecomunicações**

DELL Technologies
TITANIUM PARTNER

SOMOS PARCEIROS QUALIFICADOS
E AUTORIZADOS PELA **DELL** PARA
DAR SUPORTE AOS SEGUINTE
PRODUTOS:

Powermax &
Vmax Family

Unity

VNX

Data Domain

Avamar

OMNIdata
Informática e Telecomunicações

Para mais informações, ligue:



939 691 313

SEDE

www.omnidata.co.ao

f in @

Condomínio Belas Business Park, Edifício Namibe - Piso 8 - Talatona - Luanda - Angola

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A nossa actualidade política andou dominada pela cimeira da CPLP, uma instituição que, um pouco à semelhança do nosso país, vive há muitos anos do potencial, do que poderá ser um dia... de futuro. Isto porque o presente esse continua a deixar a desejar bastante.

O tio Celito no seu jeito popular de arrastar multidões em festa andou pelas ruas de Luanda a lembrar os nossos governantes, e principalmente o PR, das múltiplas razões pelas quais ele não teria condições de fazer o mesmo. É o tio Celito a levar a perguntar “quando é que terá Angola uma liderança carismática, que faça as pessoas ter esperança e foco na construção de um país melhor para todos? Que inspire? Uma liderança aplaudida e respeitada pelo povo, uma liderança com suficiente obra feita em prol do colectivo que tenha a parcimónia de andar pelas ruas a saudar e ser saudada tranquilamente pelos governados?”

Angela Merkel foi aplaudida nas ruas efusivamente em reconhecimento sincero e colectivo do trabalho que fez pela Alemanha, da gestão ponderada do Covid da liderança inspiradora. E este foi um reconhecimento público espontâneo que extravasou em larga escala o apoio ao seu partido. Foram feitas sondagens que demonstraram que Merkel reunia consenso acima de 80 por cento dos inquiridos, muitos de partidos da oposição. O tio Celito reúne também consenso transversal em Portugal. E, ao vê-lo andar pelas ruas de Luanda a arrastar multidões num país que nem é o



seu, pergunto-me quando poderemos ter em Angola lideranças que reúnam consensos extrapartidários, lideranças que estejam visível e verdadeiramente acima de partidos e ao serviço da Nação?

A Alemanha atravessa neste momento mais uma crise que se junta à da pandemia, já se contam mais de cem mortos confirmados devido às cheias dos últimos dias e ainda estão mais de mil pessoas desaparecidas num cenário de devastação que não era visto no país desde a segunda guerra mundial. Mas uma crise desta envergadura, mesmo uma que seja fruto de um desastre natural como é o caso, é sempre mais bem gerida pelas pessoas sob lideranças fortes, reconhecidamente inspiradoras.

E o que têm lideranças como a de Merkel, a do tio Celito e da mais jovem primeira-ministra do mundo, a neozelandesa Jacinta Ardern que também se tornou um

Angela Merkel foi aplaudida nas ruas efusivamente em reconhecimento sincero e colectivo do trabalho que fez pela Alemanha, da gestão ponderada do Covid da liderança inspiradora.

símbolo mundial de competência na gestão da pandemia e que também reúne um consenso extrapartidário que lhe valeu uma reeleição com maioria absoluta? Esta é uma pergunta das que valem resposta, porque é evidente que o que têm em comum estes líderes é a empa-

tia que conseguem demonstrar para com os liderados.

Merkel demonstrou essa empatia com as pessoas que adoeceram, com as que perderam entes queridos está a fazer agora isso mesmo depois das chuvas mortíferas, a demonstrar essa empatia genuína, que alguns políticos - líderes de facto - têm o condão de transmitir a quem sofre que é instrumental em momentos de crise, é o que ajuda à superação coletiva.

Em Angola empatia e liderança nem parecem caber na mesma frase... O nosso PR carrancudo parece personificar a antítese da empatia, e o pior é que não é só ele. A falta de empatia, a distância entre governantes e governados é tal - já o era antes dele assumir a presidência - que a empatia parece nem fazer parte do léxico político. Nem mesmo dos governantes que se fartam de mostrar os dentes em sorrisos que, por vezes, de exagerados que são, nos levam a perguntar “está a rir de quê???”

A ministra da saúde, que devia ser uma dessas líderes com mais empatia genuína, devido à importância do pelouro que dirige, foi, com o seu carrancudo chefe, o alvo de vários apelos à empatia na semana passada por parte de doentes da junta médica em Portugal. O jornal Folha 8 e outros promotores e defensores dos direitos humanos organizaram o primeiro Fórum Internacional sobre o estado da saúde em Lisboa, e não faltaram apelos a essa empatia que tanto faz falta às nossas lideranças.

Apelos particularmente lancinantes vindo das bocas de pessoas que sofrem de insuficiência renal, dependem de diálise e que decorrentes dessa, têm outras doenças graves. Pessoas que afirmam que se forem obrigados a regressar a Angola nas condições de saúde que têm - estão a assinar a sua própria sentença de morte.

Foram reafirmadas questões graves de desvios de dinheiros que eram durante muitos anos pagos pelo governo e que não chegavam a esses doentes. Foi reconhecido

que alguns doentes fizeram parte de esquemas. Mas sobretudo vê-se na decisão de os mandar a todos indiscriminadamente regressar a Angola, sem olhar para o estado de saúde de cada um, uma sobranceira e arrogante falta de empatia, que nem receio tem de ser responsável pelas mortes das pessoas que estavam aos cuidados do Estado.

E segundo o presidente do sindicato dos médicos, Adriano Manuel, algumas das pessoas que tiveram de regressar ao país por conta dessa decisão - já morreram.

Onde está a empatia com pessoas que estão a ser ordenadas a deixar a segurança física para se irem entregar a hospitais sujeitos à falta de tudo, incluindo de saneamento capaz de prevenir infeções que apanham com muito mais facilidade?

Pouco depois de ouvir daqueles doentes graves como foram mandados sair da segurança de hospitais ocidentais para os nossos que a ministra diz que estão aptos a dar resposta satisfatória, correu um vídeo na internet, precisamente de um doente renal em Luanda, a chorar porque já não tinha medicação, não havia disponível, e que iria morrer sem essa medicação, estava desesperado. Felizmente, e não graças a um sistema minimamente funcional, mas graças a uma gestão pública de imagem nas redes sociais, o homem foi socorrido a tempo e levado para uma clínica privada que sabemos estar longe do alcance da maioria das pessoas com doenças graves em Angola. Os que não têm facebook como fazem? Gestão ‘à doc’, impessoal, incapaz de fazer pela maioria e por isso pejada de falta de empatia - essa capacidade de se por no lugar dos outros que é vital que as lideranças tenham para que preservem o melhor possível a vida dos que lideram. A empatia, essa capacidade de se colocar no lugar do outro de compreender o seu sofrimento e de genuinamente sentir necessidade de o aliviar e que faz tanta falta aos nossos dirigentes. Essa capacidade que nos países mais desenvolvidos já incorpora o currículo ensinado na escola às crianças devido ao reconhecimento da importância que tem na formação dos indivíduos e das sociedades que futuramente vão criar.

Os melhores exemplos, quer nas estratégias educacionais quer nos estilos de liderança estão por aí...

A sustentabilidade emocional trará às organizações motivação e energia às equipas e potenciará níveis de entrega e performance.

Sustentabilidade Emocional no Trabalho



Patrícia Vicente,
Manager EY,
People Advisory
Services

A gestão emocional é um ponto fundamental para a vivência harmoniosa da nossa vida nas suas diferentes esferas, quer sejam pessoais, quer profissionais, assente num conceito que revela como aspectos principais: a autoconsciência emocional, ou seja, o reconhecimento das emoções experienciadas; a empatia face às emoções dos outros; a automotivação, através do uso de emoções como motor para a concretização de objectivos; e a gestão de relacionamentos, directamente relacionada com a gestão emocional com os outros, sendo esta uma competência essencial no âmbito pessoal e profissional; e a gestão emocional.

A gestão emocional, como o nome indica, está relacionada com a forma como estimulamos e processamos as nossas emoções, como

agimos perante situações de stress, frustração, ansiedade, fúria e tristeza, reflectindo, assim, um profundo autoconhecimento.

“No mundo actual, não basta ser inteligente, esperto e preparado para competir. É preciso ter calma e empatia e persistir diante das frustrações para conseguir viver bem no amor, ser feliz com a família e vencer no mercado de trabalho” diz Daniel Goleman no livro Inteligência Emocional.

O contexto actual acrescido do cenário de pandemia que vivenciamos no último ano e meio, veio reforçar ainda mais a importância de uma gestão das emoções cuidada e adequada, assente num conjunto de estratégias e suporte, que promova estabilidade emocional e bem-estar de cada um de nós. Nas organizações, este tema tem vindo a ganhar cada vez mais espaço e importância junto dos líderes e gestores, reconhecendo o valor do bem-estar emocional das suas pessoas, e a sua ligação intrínseca com a motivação, qualidade e produtividade.

A sustentabilidade emocional, está na agenda das Organizações e é cada vez mais reconhecida como factor primário para o sucesso na gestão de obstáculos e desafios da

vida pessoal e profissional. Quando se revelam dificuldades neste âmbito, o domínio e submissão pelas emoções é grande, podendo facilmente conduzir à frustração, depressão e a um profundo sofrimento. Estas emoções têm naturalmente impacto no dia-a-dia profissional e por sua vez na Organização.

Uma gestão eficaz das emoções promove a uma vivência mais harmoniosa, adaptativa e, por sua vez, mais feliz, com impacto não só na vida pessoal, mas na forma como se gere a vida profissional. Para isso há um trabalho de desenvolvimento pessoal e de autoconhecimento que tem naturalmente um profundo impacto:

— **Autoconhecimento:** ter a capacidade de revisitar os comportamentos diários e identificar os pontos negativos e positivos no dia-a-dia.

— **Gestão das emoções:** após identificar, analisar os comportamentos que considera serem positivos e negativos para o seu dia-a-dia e criar um mapa mental de como agir/evitar as reacções negativas e como potenciar as positivas.

— **Motivação:** conhecer e focar-se nas suas motivações

profissionais, quer estejam relacionadas com a função, com a equipa ou com a missão/objectivos da organização.

— **Competências sociais/ empatia:** ter atenção sobre aqueles que estão ao seu redor e analisar/reflectir o seu relacionamento com os outros.

A saúde mental irá continuar a ser uma prioridade nas agendas das Organizações. Esta fase veio reforçar o que já sabíamos – as pessoas só dão o seu melhor quando estão bem e felizes. Cabe aos líderes estarem atentos à força e bem-estar das suas equipas e às organizações desenharem soluções adequadas a esta necessidade cada vez mais presente, através do desenho de planos que garantam um acompanhamento regular das pessoas, implementar actividades que permitam a interacção das equipas fora do contexto de trabalho e conceder ferramentas que permitam a cada colaborador fazer o seu trabalho individual de autoconhecimento e posterior desenvolvimento. A sustentabilidade emocional trará às organizações motivação e energia às equipas e potenciará níveis de entrega e performance.





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Edição 267 Likes 291 Partilhas 42

Esta semana o Valor Económico alcançou perto de 200 mil internautas no Facebook e reuniu mais de 20 mil interações entre emoções partilhas e comentários às várias publicações. Dos temas mais comentados esta semana destacamos os de capa começando com a Cimeira da CPLP, passado pela opinião do economista Alves da Rocha, pela entrevista de Felismina Lutukuta, que afirma que “os investidores têm receio das decisões dos tribunais” e terminando com o comentário do BNA sobre o BPC.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Inacios Kabembe
Super intenso!



Raj EV Ravi
Um infantil na presidência do país não se espera outra coisa



Adelino Catito
Estas Cimeiras não ajudam em nada, pelo contrário é só mais gastos.



Júnior Mpushka
Alves da Rocha mencionou muito bem no seu artigo a situação sobre o FMI cujo os contornos dramáticos já são visíveis, e ainda tendem piorar com a política da privatização de alguma empresas estatais em Angola.



Alexandra Simeão
EXCELENTE ARTIGO



José Chimpanzo
Rico artigo! Recomenda-se a leitura.



Gerson Martins Luís
Há claramente um grande triunfo nas desigualdades económicas, sociais e culturais neste modelo económico de governação, protótipo-FMI



Maria Joao Ferreira Swart
Pergunto, o que faz o abençoado Alves da Rocha no Conselho não sei das quantas Económico o mesmo que o Rosado acabou por abandonar?



António Luis Barreto
O mais importante nesta capa, os investidores internacionais têm receio das decisões dos tribunais. Como haver investimento de que tanto precisamos se em termos políticos e judiciais ainda se mantém este problema dos jogos de interesse e do eu quero, posso e mando?



Alfredo Ricardo Ricardo
QUANDO O TRIBUNAL É APÊNDICE DO PODER POLÍTICO NÃO HÁ E NUNCA HAVERÁ INVESTIDORES SÉRIOS.



Bernardo Rafael Bravo
BPC-Banco de Paciência e Coragem.



Marcelo Caetano Domingos
O problema do BPC é muito grande. Faz parte dos muitos segredos de Estado engavetados por aí.



Victória Moreira
O reformado andou a depositar seus valores a vida toda para meia dúzia de marimbondos e caranguejos apoderarem-se do dinheiro e deixarem o banco nesse estado. Como foi vinculado pelos órgãos de informação esses tais usaram o dinheiro construindo e comprando empresas e habitações em Angola e estrangeiro. Devem devolver esses bens.



Rita António
BPC está com limitações de tudo, até um simples "bordereux" que fui solicitar para fazer um pagamento não tinha, problemas dos cartões de multicaixa, atendimento débil... São tantas coisas que fazem o cidadão sofrer inúmeros constrangimento, para não citar ainda das vezes que dinheiro desaparece da conta, e da demora de transferência de conta de um banco para outro. Ephá! Resumindo, Banco sem nenhum valor a agregar à sociedade.



Chicomba Samukusoka
Será um banco robusto e bem capitalizado ontem, já vai continuar a faltar liquidez?? Esse nosso país é um milagre mesmo.



Jonas Shapuangue Jonas
Mas quem de direito deve retirar licença para não serem BPC porque está sem qualidade de atendimento aos clientes.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Taça Cheia

A still life photograph with a warm, orange-gold background. In the center, a tulip-shaped glass is filled with red wine. Behind it, a dark wine bottle is partially visible. In the foreground, a large bunch of dark purple grapes is piled up. The overall mood is sophisticated and elegant.

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19



NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA

Líderes lusófonos defendem parcerias para recuperação económica

Os chefes de Estado e de governo da CPLP comprometeram-se a reforçar a parceria na área do comércio e do investimento entre os países lusófonos para promover a recuperação económica pós-pandemia de covid-19. Na declaração final da XIII cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se realizou no sábado passado, em Luanda, os chefes de Estado e de governo defenderam que a recuperação económica deve passar pela preservação e criação de “empregos dignos, rendimento e capacidade produtiva”.

Nesse sentido, comprometeram-se a “reforçar a acção multilateral”, a “partilha de experiências, iniciativas em rede e desenvolvimento de parcerias no âmbito da promoção do comércio e do investimento”.

Os líderes políticos referiram que a pandemia “acentuou a desigualdade social e impulsionou a necessidade da digitalização da educação como meio fundamental de acesso ao conhecimento, ao trabalho e à inclusão social”, pelo que defendem “políticas públicas que visem a criação das infra-estruturas necessárias para democratizar o acesso a novas tecnologias”.

Na declaração, elogiaram o “extraordinário trabalho” dos profissionais de saúde e de serviços de emergência” nos países da CPLP e reconheceram que os efeitos da pandemia são “desafios adicionais para o cumprimento da Agenda 2030 e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na comunidade”.

CONSULTORA CAPITAL ECONOMICS

Violência na África do Sul agrava pandemia

A consultora Capital Economics considerou que a violência na África do Sul deverá levar a um abrandamento da actividade económica, principalmente devido à conjugação com as medidas de confinamento para conter a pandemia de covid-19. “Pensamos que haverá um abrandamento modesto, e não uma queda da actividade económica e, mesmo assim, isto irá reflectir principalmente o impacto da terceira vaga da covid-19 e o aprofundamento das medidas de contenção do vírus, mais do que a agitação social”, escrevem os analistas da Capital Economics.

Numa nota sobre a economia sul-africana citada pela Lusa, os analistas britânicos sublinham

que o maior impacto da violência que tem varrido o país vai centrar-se na posição orçamental do país.

“As finanças públicas estavam num mau estado à entrada para a pandemia e, apesar de o impacto não ter sido tão severo como inicialmente se julgava, o défice das contas públicas ainda foi de 11% do PIB no último ano fiscal e a dívida disparou para 78,8% do PIB, o que levou o governo a imprimir duras medidas de austeridade, com o congelamento dos salários dos funcionários públicos durante três anos”, apontam.

A África do Sul tem vivido uma onda de violência no seguimento da detenção do antigo presidente Jacob Zuma, mas o actual

presidente tem apontado as dificuldades económicas como a principal razão para os protestos, com a economia 3,7% abaixo do nível pré-pandemia, e o desemprego a subir para mais de 30%.

De acordo com um relatório oficial, pelo menos 117 pessoas foram mortas – incluindo 91 em Kwazulu-Natal – e mais de 2.000 presas durante esses seis dias de violência, segundo dados oficiais.

Os incidentes começaram na semana passada, um dia depois de o ex-presidente Jacob Zuma ter sido detido e condenado a 15 meses de prisão por desacatos à justiça.

Após a detenção, o país mergulhou numa série de protestos e pilhagens.



EM 12 MESES

Itália com número mais baixo de óbitos

A Itália registou três mortes associadas à covid-19 no dia 18 de Julho, o número mais baixo desde 29 Agosto do ano passado, quando foi registada uma vítima mortal.

O número total de mortes atribuídas à doença no território italiano desde o início da crise pandémica, em Fevereiro de 2020, situa-se nos 127.867, segundo o boletim informativo do Ministério da Saúde italiano.

No entanto, os novos casos contabilizados, 3.127, confirmam

uma aceleração dos contágios e já se encontram em níveis que eram registados no final de Maio. Com a comunicação de 3.127 novos contágios, o país totaliza, até à data, 4.287.458 casos de pessoas que ficaram infectadas com o novo coronavírus.

Os indicadores ao fim-de-semana são normalmente menos expressivos, uma vez que são feitos menos testes de diagnóstico no país. O Instituto Superior de Saúde italiano tem vindo a aler-

tar que a pandemia está a ganhar novamente terreno no país, especialmente junto das pessoas mais jovens.

A idade média das novas infecções situa-se nos 28 anos e quase todos são casos assintomáticos, de acordo com a mesma fonte, que advertiu que a variante Delta do SARS-CoV-2, inicialmente detectada na Índia e caracterizada como mais resistente e mais transmissível, “está a impor-se” no país e fará aumentar os casos positivos.

O índice de transmissibilidade (Rt) do novo coronavírus SARS-Cov-2 na Itália aumentou de 0,66 (valor registado na semana passada) para 0,91.

A campanha de vacinação continua a avançar, mas a um ritmo mais lento quando comparado aos últimos meses.

Um total de 26,7 milhões de pessoas já tem o processo de imunização completo contra a covid-19, o que representa 49,55% da população italiana com mais de 12 anos.

ANGOLA JÁ ADMINISTROU mais de 1,7 milhões de doses de vacinas e tem com vacinação plena 642 mil pessoas, segundo a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta.



LEVANTAMENTO DAS RESTRIÇÕES

Boris Johnson pede cautela aos britânicos

O primeiro-ministro britânico Boris Johnson pediu aos britânicos que, “por favor”, sejam “cautelosos”, antes do levantamento, ontem (19), das últimas restrições legais devido à pandemia de covid-19 na Inglaterra.

Johnson, assim como o ministro da Economia, Rishi Sunak, foi contactado pela aplicação de rastreamento do sistema público de saúde britânico (NHS) após ter mantido contacto com o ministro da Saúde, Sajid Javid, que teve um teste positivo para o novo coronavírus.

Inicialmente, foi anunciado que ambos os políticos evitariam o isolamento porque, em vez dessa medida, aproveitariam um programa piloto de testes diários que lhes permitiriam continuar a cumprir tarefas essenciais do governo.

No entanto, após muitas críticas recebidas de vários sectores, pelo facto de as regras não serem aplicadas da mesma forma para todos, Johnson colocou um vídeo na sua conta na rede social Twitter onde admite que “considerou brevemente” a possibilidade de se

submeter ao citado programa, mas concluiu que “é muito mais importante que todos sigam os mesmos padrões”.

Por esta razão, ficará confinado até ao próximo dia 26 na sua residência de campo de Chequers, no condado de Buckinghamshire.

Na mensagem, Johnson pede aos ingleses que, “por favor”, sejam “cautelosos” a partir de segunda-feira, quando as regulamentações restritivas para prevenir a propagação do vírus serão encerradas e as máscaras não serão mais obrigatórias, apesar do número de casos diários de infecção, que actualmente, ultrapassa os 50.000.

Sunak, por seu lado, indicou previamente, também no Twitter que “apesar do sistema de teste e rastreio piloto ser bastante restritivo e apenas permitir funções governativas essenciais”, reconhecia que “a ideia de que as regras não são as mesmas para todos não está bem”.

“Por isso, vou confinar-me, como é o protocolo nestes casos, e não vou participar desse programa piloto”, concluiu o ministro.

EMPRESAS PÚBLICAS

Parlamento cabo-verdiano dá aval a alargamento do ‘lay-off’

O parlamento cabo-verdiano aprovou, na semana passada, sem votos contra, a proposta do governo de prorrogar até 30 de Setembro o regime de ‘lay-off’, passando a poder abranger também empresas públicas ligadas ao turismo.

Após várias horas de discussão em torno da alteração, face à inclusão das empresas públicas na abrangência da medida, mas com o governo a não esclarecer a oposição sobre quais as entidades públicas que poderão aceder à quarta alteração ao

regime simplificado de suspensão do contrato de trabalho para mitigar as consequências económicas da pandemia de covid-19 recebeu 35 votos a favor do Movimento para a Democracia (MpD, maioria) e quatro da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID).

Com 24 votos, os deputados do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, oposição) optaram pela abstenção, face à falta de respostas sobre as empresas públicas que serão abrangidas

pela medida e à rejeição de duas propostas de alteração.

O PAICV queria que as empresas com 40% de quebras na facturação, face a 2019, pudessem aceder ao ‘lay-off’, contra os 70% propostos pelo governo, que acabaram por se manter, exigindo ainda um compromisso oficial de reposição pelo Estado dos recursos que estão a ser usados da segurança social cabo-verdiana para pagar os salários dos trabalhadores abrangidos pela suspensão do contrato de trabalho.



... AINDA NO REINO UNIDO

Ministro da Saúde testa positivo

O ministro da Saúde britânico, Sajid Javid, informou que fez um teste positivo ao novo coronavírus, apesar de ter recebido as duas doses da vacina contra a covid-19, mas apresenta apenas sintomas leves.

No Twitter, Javid afirma que, na noite de sexta-feira, começou a sentir-se “sonolento”, então fez um teste de antígeno, que deu positivo, depois do qual fez um teste de PCR e aguarda, na sua residência, os resultados.

“Felizmente, tomei as duas doses e os sintomas são leves”, disse Javid, que pediu aos britânicos que “se vacinassem, se ainda não o fizeram”.

“Se todos fizerem a sua parte, não apenas protege a si mesmo e aos seus, mas também protege o NHS [o sistema de saúde público britânico], e ajuda a preservar o nosso modo de vida”, disse.

O anúncio de Javid ocorre quando as infecções diárias pelo novo coronavírus no Reino Unido ultrapassam os 50 mil casos pela primeira vez desde 15 de Janeiro passado, devido à variante Delta, a mais transmissível.

Embora o número de infectados continue a aumentar, o governo britânico suspenderá as últimas restrições legais na próxima segunda-feira e o uso de máscaras deixa de ser obrigatório, medida que a comunidade científica crítica.

AOS PALOP E TIMOR-LESTE

Portugal quer triplicar oferta de vacinas

O primeiro-ministro português, António Costa, anunciou que Portugal vai triplicar a oferta de vacinas aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, passando de um para três milhões de doses, no combate à covid-19.

Na conferência de imprensa final após o encerramento da XIII Cimeira de Chefes de Estado e de governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), António Costa recordou que Portugal se tinha comprometido a oferecer 5% do total de vacinas, mas as contas mais recentes permitem disponibilizar quatro vezes mais. “Iremos triplicar e passar de um milhão para três milhões o número de vacinas a distribuir. De acordo com aquilo que é o cálculo que nós temos de vacinas que vamos poder disponibilizar será possível doar um total de quatro milhões de vacinas”.

António Costa justificou a decisão com a necessidade de contribuirem com a imunização a nível global.

O primeiro-ministro português e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, destacaram que Portugal tem dado outro tipo de apoios além do fornecimento de vacinas, como é o caso de analgésicos para o Brasil, ou a disponibilização de apoio técnico, ventiladores, equipamentos de protecção individual, camas, formação, consumíveis e recursos para testes e análises clínicas.



Marcas & Estilos



Cheia de estilo

Baptizada com o nome do explorador Sir Walter Raleigh, esta bolsa de viagem é a companhia perfeita para a sua próxima aventura. Com um prático compartimento inferior para manter as camisas nítidas, o Raleigh é complementado com detalhes em Mogno. Uma peça unissex indispensável para quem procura uma mala de fim-de-semana cheia de estilo.



Acabamentos macios

A textura e a profundidade visual conferem pontos ao linho macio de serapilheira. A borda preta envolvida neste guardanapo adiciona um acabamento limpo e inesperado às peças do atelier da Saucier.



AUTOMÓVEL

Charme tradicional

O escuro e temperamental Sherwood Green não é visto num Jaguar desde 1960. Com preço a partir de mais de 130 mil USD, uma edição especial F-Type também possui acabamento cromado "inspirado na adição", com jantes de liga leve de 20 polegadas em preto brilhante.

A verdadeira alegria do Heritage é o que está sob o capot comprido e baixo. Compartilha o mesmo glorioso motor V8 sobrealimentado de 5,0 litros que o F-Type R, produzindo um inebriante 567bhp e um charme tradicional.

Esse enorme ruído irá catapultar o roadster para 60 mph em 3,5 segundos, correndo a uma velocidade máxima semelhante a um super-carro de 186 mph. Este poderoso V8 um dia será entregue à sucata quando a energia híbrida e eléctrica assumir o controlo, mas, por enquanto, continua a ser uma peça maravilhosa.

AGENDA

LUANDA

24 DE JULHO

Workshop "Cria-Tivar", que tem como objectivo ensinar a criar e a activar o primeiro negócio. Na Mediateca do Cazenga, a partir das 10h00. Bilhetes a 6.000 kwanzas.

DE 26 A 30 DE JULHO

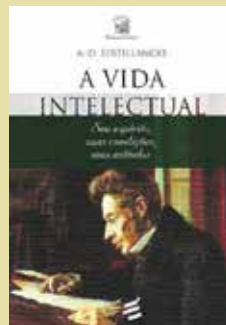
Segunda edição do Angola Innovation Summit sob o lema "Pensar Hoje o Futuro", num formato 100 por cento digital com 15 oradores de Angola, Portugal, EUA, Nigéria, Geórgia, Reino Unido e Serra Leoa.

BENGUELA

25 A 27 DE NOVEMBRO

4.ª Reunião da Rede Académica das Ciências de Saúde (RACS) da Lusofonia. Mais de 10 temas vão ser analisados, entre os quais "A ciência, tecnologia e clínica em saúde na lusofonia", "O ensino das ciências e das tecnologias da saúde nos países lusófonos".

LIVROS



O LIVRO DO PADRE Sertillanges surpreende pela abrangência. Quais virtudes são necessárias à vida intelectual? É necessário disciplinar o corpo? Como ordenar o tempo de estudo? Qual a relação entre alimentação e inteligência? Tudo isso e muito mais encontra neste livro inspirador.



MICHAEL POLLAN relata como as drogas psicodélicas podem transformar vidas. Nos anos 1940, quando o LSD foi descoberto, pesquisadores, cientistas e médicos acreditavam que a sociedade se preparava para uma iminente revolução no campo da psicologia.



TURISMO

Luxos proibidos

Sinónimo de riqueza e opulência, Dubai é o lar de alguns dos melhores hotéis do mundo. O Jumeirah Group definiu o projecto para acomodações de luxo na cidade quando abriu o hotel Burj Al Arab em 1999. Famoso pelo formato inspirado em vela e frequentemente referido como o primeiro hotel sete estrelas do mundo, o Burj Al Arab também ganhou manchetes como o hotel só de suites mais alto do mundo.

Um pólo oposto em termos de arquitectura, o Jumeirah Zabeel Saray trouxe um toque de glamour de inspiração otomana ao Oeste Crescent da ilha quando foi inaugurado em 2011. As paredes do hotel são adornadas com murais pintados à mão e os espaços são acentuados com opulentas luminárias de ouro, ambas características dos palácios otomanos. Apesar da localização do resort na maior ilha artificial do mundo, o hotel consegue parecer autêntico em vez de artificial.

Com 10 restaurantes e bares, escolher um local para jantar pode ser a parte mais difícil da estadia no Jumeirah Zabeel Saray. O Rib Room oferece bifes e cortes premium de carne.

Educação & Tecnologia

Huawei apoia com diversos equipamentos electrónicos Administração do Talatona

PUBLICIDADE. Luanda, 14 de Julho de 2021 - A Huawei apoiou ontem, 13, com uma gama de produtos tecnológicos à Administração Municipal do Talatona, no âmbito da sua responsabilidade social para digitalização da administração pública. Com o acto da Huawei, a Administração Municipal do Talatona poderá dar melhor tratamento e celeridade aos assuntos dos cidadãos que ocorrem a administração visto que vai ajudar a consolidar e fortalecer o volume operacional das solicitações e outros serviços administrativos.

De lembrar que a gigante chinesa (Huawei) está a construir a sua sede em Luanda, no Talatona, onde terá vários centros de treinamento e formação para o público em geral e para instituições do Estado igualmente. A empresa viu a importância de estar mais perto da administração e apoiar no que for possível em meios tecnológicos para a transformação digital do município.

Com a pandemia que assola o mundo, nos dias de hoje a digitalização do sector público deve ser uma realidade e com os sistemas de vídeo conferência doa-

dos pela Huawei a administração do Talatona poderá muito mais facilmente atender às reuniões e formações de forma remota sem precisar de acessórios adicionais, uma vez o sistema de vídeo conferência, denominado Ideahub da Huawei, é all in one (tudo em um) e agrupa escrita inteligente, videoconferência de alta definição (HD), compartilhamento sem fio, câmara, microfone e outros.

O administrador do Talatona, Rui Josefo Duarte, agradeceu o gesto e frisou que a Huawei é um parceiro estratégico, uma vez que é uma das líderes mundiais em termos de serviços tecnológicos. “A Administração do Talatona ganha aqui um parceiro muito importante que vai contri-

buir de forma significativa para a digitalização de todos os serviços da Administração do Talatona bem como na formação de quadros da Administração em novas tecnologias”, frisou.

A Huawei está comprometida e empenhada em levar a digitalização a todas as pessoas, lares e organizações para um mundo totalmente conectado e inteligente. A Inclusão digital significa usar tecnologia digital para promover desenvolvimento inclusivo e não deixar nenhuma pessoa, lar ou organização para trás e para isso a Huawei vai estar sempre ao lado do Estado Angolano para junto levar o mundo digital e permitir que a inclusão a 100% seja uma realidade em curto espaço de tempo.

O acto decorreu nas instalações da Administração do Talatona e contou a presença do administrador Municipal do Talatona, o Sr. Rui Josefo Duarte, administradores municipais adjuntos e os directores da Huawei para Relações Públicas, os Srs. Liyuanji (Bruce Lee) e Nilton Roque.

De lembrar que a gigante chinesa (Huawei) está a construir a sua sede em Luanda, no Talatona, onde terá vários centros de treinamento e formação para o público em geral e para instituições do Estado igualmente, viu a importância de estar mais perto da administração e apoiar no que for possível em meios tecnológicos para a transformação digital do município.



NÚMEROS DA SEMANA

7

Instituições não bancárias que viram as suas licenças revogadas pelo BNA por “inadequado capital social” e por inactividade.

280

Milhões USD valores arrecadados pela Sociedade Mineira de Catoca, com a venda de 2,9 milhões de quilates de diamantes, no primeiro semestre deste ano.

50

Mil Doses de vacinas contra a covid-19 que serão disponibilizadas por Portugal a Angola.

150

Mil euros montante estabelecido no acordo de financiamento entre Angola e Portugal para a formação de professores angolanos na Universidade do Minho.



MBANZA CONGO

PR aprova 150,7 milhões USD para aeroporto

O Presidente João Lourenço aprovou, esta terça-feira, 20.07, um acordo de financiamento com o espanhol Banco Bilbao Vizcaya Argenatia acima dos 150,743 milhões de dólares para a construção e apetrechamento do Aeroporto de Mbanza Congo, no Zaire.

Em Abril, o presidente da comissão executiva da Sociedade Gestora de Aeroportos de Angola (SGA-SA), Nataniel Domingos, garantiu ao *Valor Económico* que as obras do aeroporto teriam início quando estivessem criadas todas as condições para o efeito. “O contrato de empreitada de concepção, construção, fornecimento, instalação de equipamentos e apetrechamento do aeroporto já foi assinado e remetido ao Tribunal de Contas para o visto preventivo”, explicou, na altura, acrescentando que, após a obtenção do visto de conformidade do contrato, se seguiriam outros passos até ao início das obras como, a assinatura de acordo de financiamento, o pagamento do ‘down payment’ e a assinatura do auto de consignação.

Na ocasião, estimou que as obras arrancariam ainda no trimestre passado, tendo sido adjudicadas à sucursal angolana da empresa Sinohydro Corporation Lda., na qualidade de primeira classificada do concurso limitado por prévia qualificação, autorizado por Despacho Presidencial no 139/19 de 23 de Julho para a concepção, construção, fornecimento, instalação de equipamentos e apetrechamento do aeroporto.

PROCESSO INVESTIGADO EM ESPANHA

Archer Mangureira nas malhas da corrupção

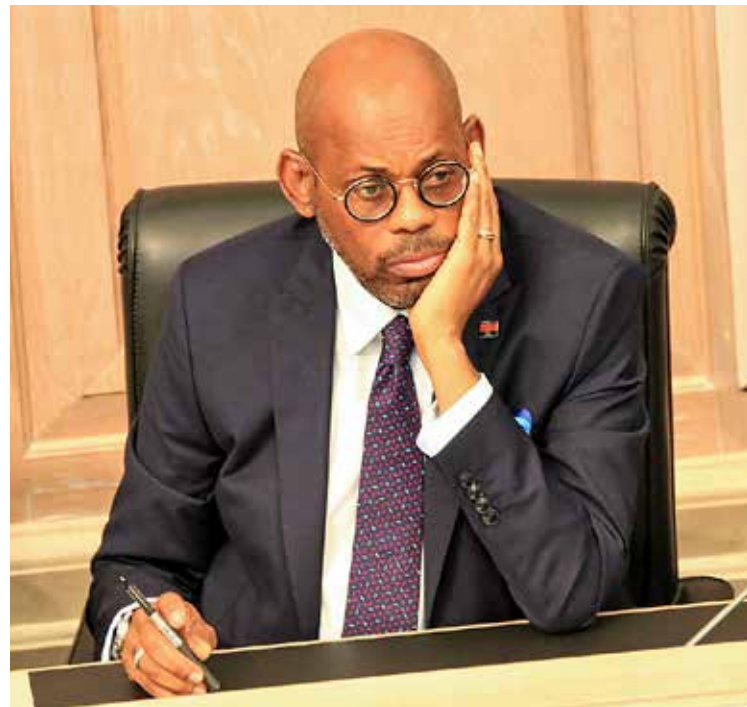
O actual governador do Namibe e ex-ministro das Finanças é acusado pela justiça espanhola de ter recebido dinheiro fresco para permitir a construção de um mercado de abastecimento, em Luanda.

Archer Mangureira, segundo o jornal ‘El Mundo’, terá recebido parte dos 450 mil dólares desembolsados pela Mercasa, num processo que envolve também o antigo vice-ministro do Comércio, e agora deputado do MPLA, Manuel da Cruz Neto, e o malgrado director nacional do Comércio, Gomes Cardoso.

Segundo o jornal espanhol, Archer Mangureira terá ficado com 150 mil dólares, 200 mil dólares para Cruz Neto, ao passo que Gomes Cardoso terá recebido 100 mil dólares de suborno. O processo, conforme o jornal, foi encontrado quase por acaso, já que resultou de buscas feitas pelas autoridades portuguesas e espanholas numa casa em Linda-a-Velha, nos arredores de Lisboa, há sete anos, numa outra investigação, envolvendo o cidadão luso-angolano Guilherme Taveira Pinto, supostamente a residir em Luanda.

Nas buscas à casa, indica ainda a publicação, “nem tudo foi em vão, no entanto, no registo da casa, encontraram-se muitos documentos que foram para Madrid para serem examinados com calma”, acrescentando que, “entre esses documentos, estava uma folha com números e letras soltas, que, sete anos mais tarde e 14 anos depois de ter sido escrita, é uma prova fundamental na acusação do fisco noutro caso de corrupção, e demonstra que Espanha subornou importantes funcionários do Governo de Angola”.

As autoridades espanholas querem levar a julgamento 20 pessoas e oito empresas, entre as quais a empresa pública Mercasa,



por irregularidades detectadas entre 2006 e 2016 na construção de um mercado de abastecimento na capital angolana. Os arguidos terão ficado com mais de 20 milhões de dólares de comissões, segundo um tribunal especial que trata dos casos mais graves de corrupção.

O auto divulgado em Novembro, que encerra a fase de instrução do processo e propõe o julgamento dos arguidos, considera fundamental o papel desempenhado pelo responsável pela distribuição das comissões, o fugitivo Guilherme Oliveira Taveira Pinto, que realizou trabalhos para a Mercasa e para a Defex, uma outra empresa pública envolvida. A Justiça espanhola já emitiu vários mandados de detenção europeus e internacionais contra Taveira Pinto ao qual pesam crimes de corrupção numa transacção económica internacional, apropriação indevida de capitais, falsificação de documentos, associação ilícita ou organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A Mercasa, considerada a maior rede de mercados grossistas do mundo e controlada pela Sociedade Estatal de Participa-

ções Industriais (SEPI), possui 23 plataformas logísticas em Espanha, nas quais trabalham 3.000 empresas grossistas do sector agro-alimentar.

Na mesma edição, o ‘El Mundo’ aponta que “o valor do contrato celebrado com o Governo de Angola marcava um preço de 218 milhões de dólares, 15% dos quais, 32 milhões, deveriam referir-se a um primeiro pagamento antecipado para arrancar o projecto”.

Angola, afirma-se no artigo, “pagou religiosamente esse montante ao consócio da Mercasa e às empresas privadas, e esse consócio pagou a Taveira Pinto a quantia de 3,1 milhões de dólares, o que implica 9,5% dos 32 milhões, e em teoria devia ser 1,5% para o próprio Taveira Pinto como comissão do contrato e 8% para ‘gastos comerciais’”, que foi exactamente a quantia descrita na folha encontrada na casa deste empresário luso-angolano, em Linda-a-Velha.

“As contas do arquivo coincidem com os 8% dos 32 milhões que Angola pagou, mas os investigadores deixam claro que, de ‘gastos comerciais’, não têm nada”, conclui-se no artigo.